



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**RACISMO CORDIAL: UMA ANÁLISE DO CADERNO
ESPECIAL DA FOLHA DE S.PAULO SOBRE A QUESTÃO
RACIAL NO BRASIL**

ANELISE DA SILVA GONÇALVES

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**RACISMO CORDIAL: UMA ANÁLISE DO CADERNO
ESPECIAL DA FOLHA DE S.PAULO SOBRE A QUESTÃO
RACIAL NO BRASIL**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

ANELISE DA SILVA GONÇALVES

Orientador(a): Suzy dos Santos

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

A474f Gonçalves, Anelise da Silva
 Racismo Cordial: uma análise do caderno
 especial da Folha de S.Paulo sobre a questão
 racial no Brasil
 / Anelise da Silva Gonçalves. --
 Rio de Janeiro, 2022.
 78 f.

 Orientadora: Suzy dos Santos.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola
 da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
 Jornalismo, 2022.

 1. Racismo. 2. Imprensa 3. Folha de S.Paulo.
 4. Jornal. 5. Racismo cordial. I. Santos, Suzy
 orient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o trabalho Racismo Cordial:
Uma análise do caderno especial da Folha de S.Paulo sobre a questão racial no Brasil,
elaborado por Anelise da Silva Gonçalves.

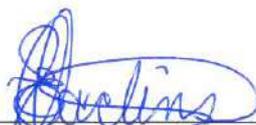
Aprovado por

 Documento assinado digitalmente
SUZY DOS SANTOS
Data: 28/01/2023 23:54:00-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Suzy dos Santos



Raika Julie Moisés



Etienne Pereira Martins

Grau: 10

Rio de Janeiro, no dia 26/12/2022

Rio de Janeiro

2022

À minha querida avó Eudira,
que nunca será esquecida.

AGRADECIMENTOS

A minha avó Eudira, falecida em 2020 em decorrência de sintomas da Covid-19, que me alfabetizou, lutou e abriu mão de tudo para que seus filhos e netos fossem alguém na vida. Sua memória nunca será esquecida.

A Eudivane, Eudineisi, Anderson e André, por serem minha família e porto seguro.

A minha orientadora Suzy, que acompanhou minha novela mexicana e aceitou embarcar nesse dramalhão que é tentar conciliar minha carreira, estudos e vida pessoal.

A minha amiga Thays por me acompanhar desde o início da faculdade, me apoiando nos momentos mais difíceis. Agradeço ainda à minha Família Pão de Mel por me acolher e abraçar tanto – Ana, Clarissa, Juliana, Laís e Malu, amo vocês. Gabriel Costa e Carol Pazó, obrigada pela amizade nessa trajetória acadêmica.

Aos meus amigos Esther, Kleiton, Blenda e Amanda por estarem sempre comigo, física ou sentimentalmente.

Ao meu namorado, Tallyson, por escutar horas de lamentações, ideias, preocupações e surtos, mas ainda me amar.

Aos meus gatos Aquiles e Loki por me observarem dias e noites a fio sendo tão fofinhos e com carinhas confusas vendo minhas olheiras, coçadas de cabeça e lágrimas.

E por último, mas não menos importante, a mim mesma. Sem mim, nada disso seria possível e só eu sei o que eu passei. A você, Anelise, agradeço por nunca, nunca, nunca desistir.

GONÇALVES, Anelise da Silva. **Racismo Cordial: uma análise do caderno especial da Folha de S.Paulo sobre a questão racial no Brasil (1995)**. Orientador(a): Prof(a). Suzy dos Santos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

RESUMO

Este trabalho analisa o caderno especial “Racismo Cordial”, lançado pela Folha de S.Paulo em 1995, por ocasião dos 300 anos da morte de Zumbi. Investiga-se se o jornal realizou a produção a partir de um olhar embranquecido, sem levar em consideração as demandas do movimento negro, que reivindicava melhor representação da população afrodescendente nos diferentes âmbitos no Brasil. O propósito da pesquisa é analisar a construção do discurso da Folha e seus objetivos parciais são compreender como a imprensa paulista retratava pessoas negras desde o fim do século XIX e como estas eram protagonistas de suas histórias. Além de analisar as contribuições de Milton Santos para os estudos étnico-raciais. A metodologia usada é a pesquisa qualitativa com a qual descobriu-se que a Folha pareceu não se preocupar ter negros compondo a equipe responsável e em ouvir especialistas em questões étnico-raciais para produzir a pesquisa do DataFolha.

Palavras-chave: racismo; Folha de S.Paulo; imprensa; jornal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 O NEGRO NO JORNAL	5
2.1 As aparições negras no jornal no final do século XIX	5
2.2 A imprensa negra paulista (1903-1963)	8
2.3 O jornal nos anos 1970 e 1980	11
2.4 O racismo em manchete na Folha em 1995	14
3 ANÁLISE DO “RACISMO CORDIAL”	18
4 A CRÍTICA DE MILTON SANTOS À PESQUISA	32
4.1 A importância de Milton Santos	33
4.2 A brecha no tempo	34
4.3. A Folha hoje	40
5 CONCLUSÃO	42
6 REFERÊNCIAS	44
7 ANEXO - CADERNO RACISMO CORDIAL	47
ANEXO A - Página 3 “Pesquisa mostra como os brasileiros manifestam o seu 'racismo cordial'”	47
ANEXO B - Página 4 “‘Detesto pau-d’agua e crioulo’, diz médico”	48
ANEXO C - Página 5 “Brasil quer ser chamado de moreno e só 39% se autodefinem como brancos”	49
ANEXO D - Página 6 “Demógrafa quer consulta sobre cor”	50
ANEXO E - Página 7 “70% dos negros estão empregados, mas a metade ganha até R\$ 200”	51
ANEXO F - Página 9 “Negros de sucesso contam como é ser ‘único’”	52
ANEXO G - Página 10 “Até réu tem preconceito contra juiz negro”	53
ANEXO H - Página 11 “Metade dos negros diz concordar que ‘negro bom é negro de alma branca’”	54
ANEXO I - Página 12 “Negro nordestino conquista espaço do branco só na hora da autópsia”	55
ANEXO J - Página 13 “Marlene foi escravo dois anos em Recife”	56
ANEXO K - Página 14 “Ex-favelado é empresário e milionário”	57
ANEXO L - Página 15 “Orgulho da raça negra vai dos pés à cabeça, mas engancha no cabelo”	58
ANEXO M - Página 16 (Contracapa)	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar o caderno especial produzido pela Folha de S.Paulo intitulado “Racismo Cordial”, lançado em 1995 por ocasião da efeméride dos 300 anos da morte de Zumbi. O material em tamanho *standard* e com 16 páginas foi veiculado junto com a edição do dia 25 de junho daquele ano (domingo) e foi fruto de uma pesquisa do instituto Datafolha com 5081 brasileiros em relação ao que entendiam sobre racismo e buscando entender se eram racistas ou não. O caderno se constitui, então, de um conjunto de reportagens de investigação científico-jornalística sobre o preconceito de cor no Brasil. Tanto a pesquisa quanto os textos foram publicados posteriormente em formato de livro, ainda em 1995, pela editora Ática.

Dessa forma, esta pesquisa será norteadada pela seguinte pergunta: “como a Folha de S.Paulo abordou as questões étnico-raciais em seu caderno especial ‘Racismo Cordial’, veiculado em 1995?”. Considerando o contexto do jornal da época, um veículo composto em sua maioria por profissionais brancos, escrevendo por e para a elite paulista, a hipótese é que as questões raciais negras foram abordadas a partir de um olhar embranquecido, que não considerou as demandas do Movimento Negro e de intelectuais negros.

O objetivo geral da pesquisa será analisar a construção do discurso da Folha para entender como as questões étnico-raciais foram abordadas, levando em consideração: manchetes; teor de reportagens (histórias); termos escolhidos (como “racismo”, “preconceito” e “discriminação”); uso de imagens; tamanho que as reportagens ocupam nas páginas e, conseqüentemente, como isto mostra o que é de fato importante para o jornal; e personagens e especialistas que foram escolhidos para servir de fontes.

Tal análise justifica-se, pois o caderno é pioneiro na grande imprensa brasileira em tratar o racismo, sendo citado em diversas pesquisas acadêmicas, mas há uma lacuna de estudos sobre seu teor. Além disso, como é preciso olhar para o passado para compreender o presente, esta pesquisa servirá como objeto de comparação e compreensão para as atuais reportagens da Folha (um dos principais jornais do país) e como esta tem evoluído a abordagem de questões étnico-raciais em suas páginas.

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia usada será a pesquisa qualitativa, valendo-se da técnica da análise documental. A escolha se dá porque como o racismo é intrínseco à história do Brasil e manifesta-se muitas vezes de maneira sutil – como a própria

Folha cunha, de maneira “cordial” –, a análise qualitativa e atenta é a mais adequada para inferir percepções, sensações, pensamentos e opiniões que são suscitadas por meio do caderno. Como, por exemplo, quando a edição opta por dar espaço maior a determinado personagem em detrimento a outro ou quando o repórter escolhe fazer determinada pergunta, mas ignora outros aspectos que também são importantes.

Como objetivos parciais, este trabalho buscará compreender como a imprensa paulista retratava pessoas negras em suas páginas desde o fim do século XIX e como estas eram representadas a partir do pensamento de quem dominava esses jornais; entender como os africanos e seus descendentes brasileiros foram protagonistas de sua emancipação, não somente em relação à escravidão como também em outros aspectos a partir disso, como foi com os jornais; e analisar as contribuições do acadêmico negro Milton Santos, geógrafo e um dos maiores intelectuais do país, em relação às questões étnico-raciais no Brasil.

Assim, a pesquisa será estruturada em sete capítulos (desdobrados em 20 subcapítulos), dos quais este primeiro consiste em delimitar o objeto de estudo, a justificativa para sua relevância, a metodologia a ser usada, o objetivo geral e os objetivos secundários. Os demais capítulos trazem uma contextualização histórica, a análise do caderno propriamente dita, a crítica de Milton Santos ao caderno, as considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

O segundo capítulo, intitulado “O negro no jornal”, servirá de pavimentação e contextualização antes de entrar na análise do caderno. Ele será composto por quatro subcapítulos destinados a compreender como diferentes jornais encaravam e abordavam em suas páginas as questões envolvendo racismo contra pessoas negras no Brasil. Aqui, o título “o negro no jornal” engloba as seguintes interpretações: 1) a forma como os negros são retratadas por pessoas brancas no jornal; 2) a forma como os negros são retratados por pessoas negras no jornal; 3) os negros fazendo a produção dos jornais; 4) como o Movimento Negro acaba por pautar a grande imprensa para tratar a questão negra no jornal entre os anos 1970-1990.

O primeiro subcapítulo, “As aparições negras no jornal no final do século XIX”, buscará compreender o aspecto 1 citado no parágrafo anterior. A partir do autor Gilberto Freyre, com seu livro “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX” (1979), e da autora Lilia Schwarcz, com o livro “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX” (1987), busca-se o arcabouço teórico

necessário para compreender como jornais da imprensa paulista retratavam as pessoas negras às vésperas da abolição da escravidão no Brasil.

Já o segundo subcapítulo, “A imprensa negra paulista (1903-1963)”, analisará como foi a “resposta” de intelectuais e jornalistas negros ao monopólio dos veículos paulistas da narrativa. Como principal referência desta parte, Miriam Nicolau Ferrara, autora da dissertação de mestrado que deu origem ao acervo da Universidade de São Paulo (USP), que abriga jornais e revistas produzidos por pessoas negras neste período pós-abolição, dentre os responsáveis, nomes como Abdias do Nascimento, ativista, jornalista da grande imprensa e da imprensa negra, que será citado novamente no terceiro capítulo.

O terceiro subcapítulo, “O jornal nos anos 1970 e 1980”, abordará como a grande imprensa se portou a partir da evolução da relevância do Movimento Negro no Brasil, e de sua unificação, a partir da visão do autor Henrique Cunha Junior, filho do militante negro histórico Henrique Cunha. O trecho também abordará como a imprensa negra tentou se estabelecer em diferentes estados do país e como os grandes jornais paulistas O Estado de São Paulo e a Folha de S.Paulo noticiavam a relevante questão do *Apartheid* na África do Sul, que estava em voga naquele momento. Inclusive, esta parte abordará também como a Folha desponta para a cobertura sobre questões étnico-raciais no país.

Fechando o capítulo, “O racismo em manchete na Folha em 1995” traz o contexto em que surgiu o caderno “Racismo Cordial”, conforme mencionado no primeiro parágrafo desta introdução. O subcapítulo traz: importante compreensão sobre o que representou a efeméride dos 300 anos da morte de Zumbi, a partir de Isabel Cristina Clavelin da Rosa; o contexto sócio-econômico do jornal naquele momento, por Ana Estela de Sousa Pinto; como as questões étnico-raciais apareciam no contexto cultural nos anos 1990; e como a figura do *ombudsman* na Folha abordava as reclamações de leitores em relação a como o jornal tratava as questões raciais em determinadas matérias.

O capítulo seguinte trará a análise propriamente dita do caderno especial da Folha, feita com apoio do livro publicado a partir da pesquisa do DataFolha e da publicação do caderno, “Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil” (1995), escrito por Cleusa Turra e Gustavo Venturi. Dentre os elementos de apoio à análise: a explicação do nome escolhido pela Folha, partindo de Sérgio Buarque de Holanda; a diferenciação do que é “racismo”, “discriminação” e “preconceito”, a partir de Silvio Almeida; reflexões sobre a democracia racial no Brasil, retomando Gilberto Freyre (que será

citado no primeiro capítulo), e se negros podem ou não ser racistas com seus semelhantes, a partir de Clóvis Moura e Abdias do Nascimento.

A análise olhará para todas as páginas do jornal, trazendo os destaques de cada uma delas e observando manchetes, imagens, teor de reportagens e outros elementos, que já foram citados nesta introdução. Toda a descrição dos elementos que irão compor o capítulo três terá como base o capítulo sete, que conta com as páginas restantes em anexo que serão citadas ao longo da análise (retiradas do site de acervo “Almanaque Folha”). Dessa forma, a presente pesquisa não somente analisará e descreverá as matérias como também servirá de objeto histórico para os pesquisadores futuros, caso o site de acervo da Folha não esteja mais no ar por algum motivo ou simplesmente queiram consultar o presente trabalho, que traz não só o caderno como também um rico estudo a seu respeito.

O quarto capítulo, “A crítica de Milton Santos”, irá se constituir pelo olhar à frente de seu tempo do intelectual para a forma como as questões étnico-raciais foram abordadas na pesquisa do DataFolha com as mais de cinco mil pessoas. O trecho trará também o “outro lado” de Mauricio Stycer, ex-repórter da Folha e atual colunista do jornal, que conduziu a entrevista com Milton Santos e falou com exclusividade à mim para compor o presente trabalho. Ele conta os bastidores da entrevista, desde o momento em que chegou ao prédio do intelectual até sobre as repercussões do caderno especial até hoje.

Dentre os subcapítulos, “A importância de Milton Santos, como o próprio nome diz, abordará um pouco da história de Santos, sua formação e experiência, como seu trabalho deu visibilidade à área da Geografia, e como também a extrapolou, contribuindo para os campos social, acadêmico e político. Ainda este primeiro subcapítulo buscará compreender como Milton Santos entendia as questões raciais e o “lugar do negro”, como ele mesmo cunhava.

O subcapítulo seguinte, “A brecha no tempo”, trará uma análise qualitativa completa do cunho das perguntas feitas por Mauricio Stycer, das respostas dadas pelo intelectual, das impressões que Stycer teve sobre elas e da análise da entrevista como um todo. Finalizando o quarto capítulo, haverá uma breve contextualização sobre como a Folha parece se posicionar sobre as questões étnico-raciais 27 após a publicação do caderno especial “Racismo Cordial”.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais sobre tudo o que será abordado neste trabalho, minhas impressões pessoais e a confirmação ou não da hipótese apresentada acima. Além de trazer as limitações da pesquisa e possíveis desdobramentos para o que será aqui apresentado.

2 O NEGRO NO JORNAL

Para entender em que contexto se deu a publicação do caderno especial “Racismo Cordial”, este capítulo abordará quatro importantes aspectos sobre a relação entre o jornal e o negro no Brasil: 1) como os jornais retratavam os negros no final do século XIX, tanto em anúncios quanto em notícias; 2) a importância da imprensa negra paulista no pós-abolição; 3) a relação entre o Movimento Negro e a imprensa nos 1970 e 1980, e a produção da Folha de S.Paulo nesse período; e 4) o racismo em manchete na Folha de S.Paulo em 1995, com foco no caderno especial Racismo Cordial.

2.1 As aparições negras no jornal no final do século XIX

O jornal impresso é um símbolo da produção jornalística. Este não se limita apenas a registrar os fatos diários ocorridos ou a orientar os leitores a curto prazo, mas se destina, ou deveria, a ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade em determinado espaço de tempo. (NOBLAT, 2008, p.18). Na crônica “A reforma pelo jornal”, Machado de Assis fala sobre como esse instrumento é uma importante arma de revolução social.

Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. Devia ser curioso vê-las quando um século despertou ao clarão deste fiat humano; era a cúpula de seu edifício que se desmoronava. Com o jornal eram incompatíveis esses parasitas da humanidade, essas fofas individualidades de pergaminho alçado e leitos de brasões. O jornal que tende à unidade humana, ao abraço comum, não era um inimigo vulgar, era uma barreira... de papel, não, mas de inteligências, de aspirações. (DE ASSIS, 1859)¹

Pouco antes da publicação de “A reforma pelo jornal”, Machado de Assis assinou, no Correio Mercantil, um artigo intitulado “O jornal e o livro”, no qual já começava a dar indícios de sua crença no jornal como meio intervencionista. (DE OLIVEIRA LOPES, 2018, p.589).

Em diferentes momentos da história do Brasil, o jornal esteve presente, servindo como instrumento de informação, entretenimento, documento histórico e espelho de uma época.

¹ Disponível em <https://machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA.%20A%20reforma%20pelo%20jornal.1859.htm>. Acesso em 4.jun.2022.

Segundo Mariana Cerigatto, por identificarem um determinado período e lugar, os jornais trazem à tona registros de fatos ocorridos na história que estão sujeitos a uma múltipla interpretação e tratamento (CERIGATTO, 2015, p. 5). A partir disso, é importante observar como as páginas do impresso contam a história da sociedade brasileira, que carrega consigo o racismo como marca da escravidão e do colonialismo (ALMEIDA, 2019, p. 183).

Nos mais diferentes periódicos que circulavam no país durante o século XIX, eram publicados anúncios relacionados a escravizados, em sua maioria, negros (AMANTINO, 2007). Um dos exemplos é o “Jornal do Commercio do Rio de Janeiro”, surgido em 1827 e encerrado recentemente em 2016². Na metade do século em questão, o jornal era um dos principais da antiga capital do Brasil e abarcava em seus conteúdos uma variada gama de assuntos, que iam desde as notícias da Europa até os anúncios de aluguel e venda de imóveis, máquinas e escravos (AMANTINO, 2007).

Tal conteúdo saltou aos olhos de Gilberto Freyre (1900-1987), que lançou, em 1979, o livro “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX”. Abaixo, a descrição de Freyre ao material encontrado:

São muitos os anúncios relativos a escravos africanos ou de origem africana, em jornais brasileiros do século XIX, dos quais surgem expressivos africanismos. Dentre esses, muéama, banzo, cangulo, banguelo. [...] através desses anúncios me foi possível [...] identificar origens tribais ou geográficas de escravos africanos introduzidos no Brasil. Sabe-se que pouco de exato se conhece dessas origens. A análise de anúncios de jornais relativos a escravos veio trazer preciosa contribuição para o esclarecimento de parte tão obscura da história desse aspecto das relações do Brasil com a África negra. (FREYRE, 1979, p.14)

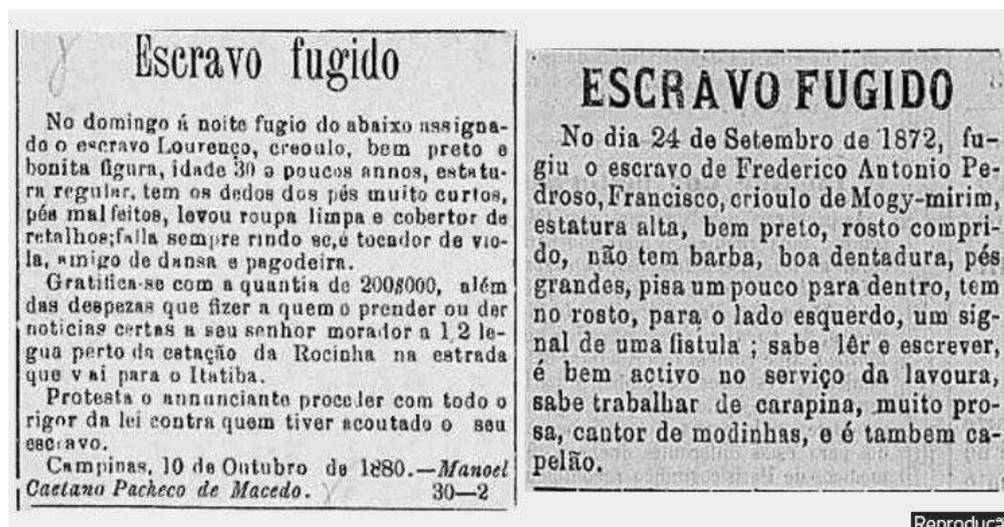
Por meio das análises dos anúncios nos jornais, o autor pôde chegar a várias constatações sobre a sociedade livre, em especial os chamados “senhores”, e sobre as condições dos primeiros negros africanos e brasileiros retratados nos jornais. Ele observou o que houve de cruel nas relações entre senhores e negros escravizados, e que a benignidade não era tolerada no Brasil, afinal de contas, “senhor é sempre senhor” (FREYRE, 1979, p.12). Sobre os seres humanos postos à venda, foi por meio do jornal que Freyre chegou a “interpretações de caráter antropológico quer psicossomático, quer de todo cultural, à base das

² Disponível em:

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/04/economia/496242-apos-189-anos-jornal-do-commercio-do-rio-de-janeiro-deixa-de-circular.html. Acesso em 4.jun.2022.

descrições oferecidas das figuras, falas e gestos de negros – ou mestiços – [...] e, sobretudo, fugidos” (FREYRE, 1979, p. 14). A Figura 1 mostra anúncios de escravizados em fuga, descrevendo-os:

Figura 1: Anúncio publicado no “Correio Paulistano”, em 1880 (à esquerda), e no “Diário de São Paulo”, em 1872



Fonte: Insper Instituto de Ensino e Pesquisa³

Jornais como o “Correio Paulistano”, o “Diário de São Paulo” e outros exemplares da imprensa paulista são importantes para entender o Brasil às vésperas da abolição e como os indivíduos negros eram enxergados pelos brancos. No livro “Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”, lançado em 1987, a historiadora Lilia Schwarcz explica que o “Correio Paulistano”, por exemplo, tinha como marca característica uma postura conservadora e “que não se cansava de afirmar a necessária ordem que deveria reinar entre senhores e escravos, e o direito daqueles de conservarem e manterem o controle sobre sua propriedade.” (SCHWARCZ, 2017, p.15). Evidentemente, nem todos reproduziam esse discurso, como “A Província de São Paulo”, um grande jornal da época e órgão republicano adepto das “novas ideias”. (SCHWARCZ, 2017, p. 15)

Tendo a imprensa paulista sido fórum de debates importantes no final do século XIX, ao comparar periódicos do período, nota-se que todos tratavam como uma das questões

³ Disponível em

<<https://www.insper.edu.br/conhecimento/conjuntura-economica/anuncios-em-jornais-do-seculo-19-indicam-qualificacao-de-escravos/>>. Acesso em 4.jun.2022.

centrais o “problema negro” num momento marcado pela eminente abolição da escravidão e por mudanças no regime político (SCHWARCZ, 2017, p. 18). Nesta época, as pessoas negras apareciam diversas vezes nas páginas dos jornais paulistas nas notícias e, como já mencionado, nos anúncios de compra e venda. Observar os jornais paulistas desse período não é reconstituir a condição negra em si mas, antes, os modos como brancos falavam sobre o negro e o representavam num momento de mudanças e transformação nos atributos que formalmente definiam esses elementos (SCHWARCZ, 2017, p. 19).

O livro de Schwarcz foi lançado no fim dos anos 1980, momento em que o Brasil estava vivendo momentos importantes, dentre eles, o fim da ditadura militar, a volta de intelectuais exilados ao Brasil e a eleição presidencial de 1989. Isto propiciou a constituição de novos olhares para problemas seculares. “A escravidão, a presença negra e as relações raciais no Brasil são temas que foram diretamente atingidos por estes novos olhares” (COSTA; DORIGAN, 2018, p. 2-3).

Pouco tempo depois, a mesma imprensa paulista que tratava das questões de escravidão no fim do século XIX, agora volta suas páginas para a herança desse regime: o racismo. A Folha de S.Paulo, um dos principais jornais do estado de São Paulo e do Brasil, lança, em 1995, a série de reportagens intitulada “Racismo Cordial”⁴, que analisa o preconceito de cor.

2.2 A imprensa negra paulista (1903-1963)

Apesar de a imprensa paulista representar as pessoas negras a partir de uma visão embranquecida, estes indivíduos sempre tiveram voz ativa e mãos para escrever a própria história. Inclusive o próprio movimento abolicionista no Brasil se deu com a contribuição de figuras negras importantes, como Luís Gama, o ex-escravizado que se tornou advogado; André Rebouças, o engenheiro que queria dar terras aos libertos; Adelina, a charuteira que atuava como “espiã”; e Dragão do Mar, o jangadeiro que se recusou a transportar escravos para os navios.⁵ Dessa forma, se em sua libertação eles foram protagonistas, no momento pós-abolição não seria diferente.

⁴ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismocordial.htm>>. Acesso em 13.nov.2022.

⁵ Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>>. Acesso em 13.nov.2022.

No período de 1903 a 1963⁶, circularam os periódicos que compunham a chamada “Imprensa Negra Paulista”, que, segundo o acervo da Universidade de São Paulo (USP), se dedicavam a tratar de temas relacionados “à vida social dos associados e da população negra em geral [...] e denunciar as restrições sociais sofridas [...], traduzidas na diferença de tratamento e de acesso a oportunidades por causa do preconceito de cor”.⁷ Além da capital paulista, há registros da Imprensa Negra Paulista em cidades do interior do estado, como em Campinas, Piracicaba, Santos e São Carlos.

A antropóloga Miriam Nicolau Ferrara, autora da dissertação de mestrado que originou o acervo da USP, define a Imprensa Negra Paulista da seguinte maneira:

A abordagem dos jornais da imprensa negra nos apresenta um passado que envolve o grupo negro, que através de sua imprensa se posiciona frente a sociedade dominante. Um órgão de protesto, oriundo do tratamento desigual entre um grupo minoritário (negros) e outro dominante (brancos), reivindica os direitos dos negros que se manifestam contra esse tratamento. Por outro lado, cabe a essa imprensa fazer com que o negro supere a sua passividade e o seu conformismo; assim, os jornais terão a função de socializar, integrar e controlar o grupo negro. (FERRARA, 1985, p. 197)

Em entrevista à professora de Jornalismo Isabel da Rosa em 2009, Abdias do Nascimento, ativista, jornalista da grande imprensa e da imprensa negra, fala sobre sua trajetória no jornal “O Quilombo”, de 1950, do qual foi fundador. Ele conta que o propósito do jornal era envolver a comunidade e fazê-la participar de todo seu movimento, mas como os recursos eram escassos, a influência do periódico era pequena, eram todos trabalhadores pobres que não tinham dinheiro para bancá-lo. Abdias diz que, enquanto na grande imprensa as notícias sobre questões negras eram raras e era preciso grande empenho, na imprensa negra isto não ocorria. Havia mais conversas sobre causas raciais, cada um escrevia sobre o que tinha mais familiaridades, pois tinham mais conhecimento do assunto. Além disso, o clima no jornal era mais informal, com relações baseadas não na hierarquia, mas na informalidade e na amizade. (DA ROSA, 2014, p. 561)

⁶ Apesar das datas fornecidas pela USP, o acervo surgiu baseado na dissertação de mestrado de Miriam Nicolau Ferrara intitulada “A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)”, portanto, denotando ano de início diferente, mas trata-se do mesmo movimento. Informação disponível em <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/sobre-o-acervo-2/>>. Acesso em 13.nov.2022.

⁷ Disponível em <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>>. Acesso em 13.nov.2022.

Compunham esse movimento cerca de 36 jornais, sendo “O Baluarte” o mais antigo deles, iniciado em 1903, e com o subtítulo “órgão oficial do ‘Centro Litterario dos Homens de Côr’”, editado na cidade de Campinas⁸. De acordo com Miriam Ferrara, os jornais desse período vão de diferentes maneiras lutar principalmente contra os preconceitos, conscientizar o negro de sua posição na sociedade brasileira e valorizar a educação e a instrução (FERRARA, 1985, p. 199). E isto se vê na revista *Senzala*, de 1946, cuja capa, apesar do nome que se remete à moradia de escravizados, retrata um homem negro saudável, sorridente e bem vestido, contribuindo para a valorização da autoestima negra.

Figura 2: Capa da revista *Senzala* (1946)



Fonte: Acervo da USP⁹

Apesar desse importante movimento, que existia não somente em São Paulo como também em outros lugares do Brasil, é preciso ressaltar que já em 1833 – 55 anos antes da abolição – existia o jornal “O Homem de Côr”, lançado no dia 14 de setembro daquele ano. Precursor na luta contra a discriminação racial, foi criado pelo jornalista Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro, teve apenas cinco edições (nas três últimas intitulado “O Mulato, ou Homem de Côr”) e teve a publicação suspensa em 4 de novembro de 1833¹⁰. Apesar da breve existência, foi precursor para o surgimento da imprensa negra, por retratar as inquietações geradas em três séculos de domínio colonial, sob a rígida estrutura do latifúndio, nos africanos

⁸ Disponível em <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-baluarte/>>. Acesso em 13.nov.2022.

⁹ Disponível em <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/senzala/senzala-011946-2/#1>>. Acesso em 13.nov.2022.

¹⁰ Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-homem-de-cor/>>. Acesso em 15.nov.2022.

e em seus descendentes. Caminhando a passos lentos para a sua autonomia, eles começavam a pensar a condição de classe e de cor, produzindo jornais que expunham as contradições na sociedade brasileira (SODRÉ, 1966, p. 181).

2.3 O jornal nos anos 1970 e 1980

Nos anos 1970, a disputa do Movimento Negro pelo espaço público ficou ainda mais acirrada quando se tornou “enunciador de um discurso enunciado”, adquirindo condições de se contrapor ao discurso das classes dominantes no Brasil (CONCEIÇÃO apud DA ROSA, 2014, p. 99). De acordo com Isabel Cristina da Rosa, uma das estratégias do movimento na mídia é reagir às práticas discriminatórias e não pluralistas da grande imprensa “por meio, inclusive, de tentativas de interação com as rotinas produtivas do jornalismo mediante fatos e acontecimentos e contestação crítica do fazer jornalístico” (DA ROSA, 2014, p. 100).

E, de fato, eles conseguem tornar sua luta cada vez mais relevante, prova disso são três momentos emblemáticos da história que exibem a interação com as rotinas produtivas da grande imprensa: em 1988, o Centenário da Abolição da Escravatura; em 1995, os 300 anos do assassinato de Zumbi dos Palmares – pelo qual se deu a publicação do caderno especial Racismo Cordial (objeto de estudo deste trabalho) –; e a Conferência de Durban, em 2001 (DA ROSA, 2014). Nesta última, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, África do Sul, a Assembleia Geral aprovou por consenso a resolução intitulada “Unidos contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância”. É uma agenda inovadora e orientada para o combate a todas as formas de racismo e discriminação racial.¹¹

O Movimento Negro é o movimento mais antigo do país e suas primeiras expressões datam do século XVI (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 48). Dentre os inúmeros feitos do grupo, nos anos 1930, surge a Frente Negra Brasileira, considerado o principal movimento de massa da comunidade negra no século XX, que, em 1936, registrou-se como um partido político de representação da classe negra. Nasceu de pequenos clubes e organizações espalhados pelo país, reivindicando respeito e melhoria da condição de vida da população negra. No entanto, com opositores dentro da própria comunidade, um decreto político da ditadura de Getúlio Vargas fechou a Frente Negra em 1937 e é somente em 1970 que o Movimento Negro volta a destacar-se. É importante lembrar que, apesar do apagamento histórico e pela imprensa, nesse

¹¹ Disponível em <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-de-durban>>. Acesso em 17.nov.2022.

intervalo, as pessoas negras continuaram se movimentando e lutando (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 49).

Henrique Cunha Junior, filho do militante negro histórico Henrique Cunha¹², caracteriza o período de 1970 a 1990 como um período da luta pela consciência negra (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 50), marcada pela visibilidade do “Dia da Consciência Negra” pela primeira vez em 1971. Na ocasião, o pioneiro Grupo Palmares realizou um ato alusivo à resistência negra na noite do dia 20 de novembro no clube Marcílio Dias, em Porto Alegre, valorizando Zumbi dos Palmares como “herói” (a data foi escolhida a partir de estudos para servir de contraposição ao dia 13 de maio).

Em 1978, a proposta defendida pelo Grupo Palmares ganhou fôlego quando foi assumida pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e, a partir dali, a data foi cravada como um marco da luta e resistência ao racismo. O apoio do MNU colocou de vez na agenda política nacional a necessidade de criação de políticas públicas de igualdade e equidade, que não estavam presentes quando foi assinada a Lei Áurea.¹³

O anos 1970 também foram marcados pela luta contra a ditadura militar no Brasil por parte do Movimento Negro e dos movimentos estudantis. Também nessa década a imprensa negra tentou se estabelecer nos mais diferentes estados, com o jornal clandestino “A Árvore das Palavras” em São Paulo e no Rio de Janeiro; o “Jornegro”, somente em São Paulo; e o “Simba”, no Rio de Janeiro (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 51).

Até meados da década de 1980 a grande imprensa evitava divulgar palestras e peças de grupos negros e as informações sobre as relações étnico-raciais eram muito censuradas na mídia pelos próprios jornalistas. Isso era motivo de ironia dentro dos movimentos negros, dizer que a imprensa no Brasil era livre de censura, visto que as manifestações raciais eram sempre invisibilizadas. Mas, como já mencionado neste subcapítulo, o “Dia da Consciência Negra” se manifestou como o sucesso político do Movimento Negro, e relativamente acolhido por todo o país (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 52-53).

Posteriormente, na década de 1980, no que tange ao Jornalismo, houve uma mudança na natureza do profissional da imprensa e no papel que jornais e revistas desempenhavam em

¹² Disponível em <<https://www.afropress.com/sp-perde-henrique-cunha/>>. Acesso em 17.nov.2022.

¹³ Disponível em <

certos processos políticos ocorridos no país. Estreitou-se a relação entre política e imprensa, sendo que esta última ganha grande importância na consolidação democrática do Brasil. As Diretas Já marcaram esse período, quando milhões de pessoas em todo o país foram às ruas, em um movimento de massas sem precedentes, para pedir a volta das eleições diretas para presidente e o fim da ditadura militar¹⁴ (PEIXOTO, 1998, p. 31).

Apesar disso, havia nas páginas da grande imprensa práticas consideradas racistas, como é o caso da Folha de S.Paulo e do Estado de S. Paulo ao produzir notícias referentes ao *Apartheid* sul-africano. Naquele momento, após o fim da ditadura, os jornais puderam voltar-se para as discussões sobre a abertura política do Brasil e sobre as possibilidades de sua atuação no cenário internacional, incluindo no mercado africano. Com isso, houve produção de notícias sobre o *Apartheid*, um “sistema de organização estrutural dos meios políticos, econômicos, sociais e culturais, voltados para a perpetuação do domínio branco no sul da África” (DA SILVA, 2013, p. 40). Segundo Fabiana Vieira da Silva, a cobertura dos dois jornais paulistas efetuou um conjunto de imagens marcadamente racistas sobre os povos negros africanos, fazendo associação entre a cor negra e a violência (DA SILVA, 2013).

No Brasil, conforme mencionado anteriormente neste subcapítulo, o centenário da abolição da escravatura, em 1988, foi um dos marcos da interação entre o Movimento Negro e a grande imprensa, como mostra Folha de S.Paulo com a pesquisa que fez entre 998 brancos, 210 negros e 313 “mulatos” na capital paulista sobre o preconceito de cor (DA ROSA, 2014, p. 100). De acordo com o coordenador, Antonio Manuel Teixeira Mendes, o levantamento afere o caráter “dissimulado” do racismo e, por causa dessa fala, Edson Cardoso, militante do Movimento Negro desde os anos 1970¹⁵, questiona a metodologia usada, as perguntas aplicadas e os reais interesses por trás. Segundo ele, “a desproporção no universo pesquisado parece-nos apontar para um interesse ostensivo em debruçar-se sobre as elaborações subjetivas brancas, uma espécie de verificação algo dos ‘efeitos da atitude branca sobre sua própria consciência’”(CARDOSO apud DA ROSA, 2014, p. 100-101). Alguns anos depois, o intelectual negro Milton Santos tem a mesma postura crítica em relação a outra produção da Folha, o caderno especial Racismo Cordial. Suas críticas serão analisadas no quarto capítulo do presente trabalho.

¹⁴ Disponível em <<http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>>. Acesso em 17.nov.2022.

¹⁵ Disponível em <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/230-edson-lopes-cardoso>>. Acesso em 17.nov.2022.

2.4 O racismo em manchete na Folha em 1995

Inspirado na efeméride dos 300 anos de assassinato de Zumbi, o projeto “Racismo Cordial” foi desenvolvido pela Folha em seis meses e trouxe à tona a expressão “racismo cordial”, que será trabalhada no próximo capítulo. Fernando Conceição define o esforço do jornal como um investimento inusual na grande mídia brasileira, com aporte de 77 mil dólares para a elaboração e aplicação da pesquisa (CONCEIÇÃO apud DA ROSA, 2014). O projeto foi inspirado na efeméride dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

O registro da trajetória de Zumbi na mídia nos 300 anos de sua morte – e momentos imediatamente próximos – seguiu um curso não-linear. É quase certo que os protestos do Movimento Negro durante 1988 (centenário da questionada abolição da escravatura brasileira) serviram de base argumentativa a favor das pressões dos que colocaram, como ocasião singular do debate racial, a efeméride dos 300 anos de um episódio ímpar – questionador do regime colonial/escravista nas Américas (CONCEIÇÃO apud DA ROSA, 2014, p.104).

A Marcha Zumbi 300 anos¹⁶ em 1995, contra o racismo, pela cidadania e a vida, reiterou a agenda política dos negros brasileiros de desmantelamento do mito da democracia racial, denúncia do racismo e de casos de discriminação racial. O movimento reivindicou também que o Estado se responsabilizasse pela conivência e omissão mediante a casos de racismo e que o combatesse ativamente por meio de políticas públicas (DA ROSA, 2014, p. 105).

Antes de partir para a análise do caderno especial propriamente dita, é importante entender qual era o panorama da Folha de S.Paulo e o contexto no qual ela estava inserida no momento da publicação.

Estava em vigor naquela época o chamado Projeto Folha, lançado em 1984, que propunha “pluralismo e apartidarismo” (PINTO, 2012, p. 86). Apesar de, em 1991, o jornal publicar mais da metade toda a publicidade de varejo em São Paulo, e ter uma carteira de anunciantes bastante pulverizada, os gráficos de desempenho na década de 1990 mostram uma fase de enorme crescimento estrangulada por dois períodos de recessão: o fracasso da política econômica de Collor naquele mesmo ano, e, em 1998, a crise da Rússia, agravada em

¹⁶ Disponível em <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia>>. Acesso em 17.nov.2022

1999 pela desvalorização do real (PINTO, 2012, p. 96-98). Com a popularização da internet no Brasil na década de 1990, em 1995 é lançado o “FolhaWeb”, no qual o internauta tinha acesso a textos feitos no próprio dia pela Agência Folha, e entrou no ar em 1999 a Folha Online (embrião do atual site do jornal).¹⁷

Em relação ao contexto, a década de 1990 foi um importante período na história do negro no Brasil. Na música, os grupos de *rap* em suas letras questionavam o tratamento racista na sociedade¹⁸ e o racismo, que era pauta considerada marginal até então, migra do *underground* para a centralidade midiática da MTV Brasil, criada em 1990, e das premiações nacionais e internacionais da música conquistadas por bandas como O Rappa, Planet Hemp, Chico Science e Nação Zumbi. Artistas centrais da MPB também se dedicam ao tema, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, que abrem o disco comemorativo de 25 anos da Tropicália, Tropicália 2, com a canção Haiti, em 1993. A cena *rap* nacional, também se desloca para estes espaços de reconhecimento, com marcas na indústria audiovisual nacional, como, por exemplo, o lançamento de Diário de um Detento, dos Racionais MCs, de 1997, que figura em diversas listas ranqueadoras tanto da música quanto da história do videoclipe brasileiro e latinoamericano. Foi nesse período também que as Cotas, pensadas para a reparação da população negra, começaram a serem pensadas na prática – às quais a Folha foi contra em 2014¹⁹. A trajetória de conquista começou por meio da Constituição de 1988, na qual a noção de igualdade é valorizada, com a proibição de privilégios (JANUÁRIO, 2011, p. 9).

Em 1989, foi promulgada a Lei n. 7.716/1, que prevê punição para o crime de racismo, e o ano coincide com o da criação do primeiro cargo de *ombudsman* do Brasil, na Folha (DE AZEREDO, 2021). O termo é uma palavra sueca que significa representante do cidadão e designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral (função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população). Na imprensa, o *ombudsman* representa os leitores dentro de um jornal e chegou primeiramente nos EUA, nos anos 1960. A Folha foi o primeiro

¹⁷ Disponível em https://twitter.com/folha/status/1362484685633425412?s=20&t=d5ARXYXvV_tCFnomOmkw_A. Acesso em 17.nov.2022.

¹⁸ Isto é abordado no caderno especial na matéria “‘Não sou negro, sou marrom-bombom’”, na qual é feito um contraponto com um grupo de pagode que tendia a abraçar a “mistura de cores do brasileiro”. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo06.pdf>. Acesso em 18.nov.2022.

¹⁹ Disponível em <https://www.geledes.org.br/folha-publica-video-contras-cotas-raciais-e-feministas-negras-criticam-campanha/>. Acesso em 18.nov.2022

jornal latino-americano a adotar o cargo, com publicação semanal da coluna²⁰.

Na década de 1990, o racismo foi tema de pelo menos três colunas do *ombudsman*²¹:

1) em 1991, com a coluna “Preconceitos”, o primeiro *ombudsman* da Folha, Caio Túlio Costa, condena o jornal por usar termos preconceituosos e destacar a reação neoliberal contra manifestos antipreconceito na mídia nos EUA. Era como se a Folha estivesse endossando a ideia de que prestar atenção à veiculação de termos preconceituosos representasse um atentado à liberdade de expressão (DE AZEREDO, 2021, p. 88). O texto é uma crítica à matéria intitulada “Cruzada antipreconceitos ameaça liberdade de expressão nos EUA”, veiculada no caderno de Mundo daquela semana e assinada por Bernardo Carvalho, então correspondente em Nova York. O *ombudsman* fala que o texto pode ser lido como sensacionalismo barato, que não ouviu o que as vítimas pensavam e que só existiria, de fato, ameaça à liberdade de expressão caso o Estado fizesse leis esdrúxulas de censura. Ele ainda compara o racismo nos EUA com o do Brasil de forma superficial, em relação à exclusão do termo “denegrir” do vocabulário da imprensa (o que é interessante a princípio, mas nem de longe resolve a questão estrutural do racismo na sociedade brasileira decorrente da escravidão). E que a democracia lá “convive” com as minorias impondo barreiras sociais, enquanto aqui, há miscigenação²² (ele não menciona a violência e estupro envolvidos nesse processo);

2) em 1992, “LA Urgente”²³, de Mario Vitor Santos condena a falta de cobertura de um protesto em Los Angeles decorrente da absolvição de quatro policiais filmados espancando um negro. Eles foram absolvidos por juízes brancos e a Folha só noticiou o resultado do julgamento, sem reportar as reações ao caso (DE AZEREDO, 2021, p. 88).

3) em 1999, Renata Lo Prete, em “Que é negro”²⁴, a Folha tinha destacado a informação sobre a raça/etnia do novo diretor-geral da PF na época, o que foi considerado

²⁰ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>>. Acesso em 18.nov.2022.

²¹ Uma curiosidade é que a palavra *ombudsman* é utilizada igualmente para os dois gêneros e, por ser sueca, não teria sentido aplicar as regras da língua inglesa. Tanto que, no caso de plural, a Folha usa *ombudsmans* e não *ombudsmen*. Nos EUA, há quem utilize *ombudswoman* ou até *ombudsperson*. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2018/01/1789462-nome-da-funcao-e-comum-aos-dois-generos.shtml>>. Acesso em 18.nov.2022.

²² Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/caiotulicosta/1991/03/1521148-preconceitos.shtml>>. Acesso em 18.nov.2022.

²³ O texto não está disponível no site da Folha, que mostra as colunas de Santos apenas até 26 de julho de 1992 e o texto mencionado foi publicado em 3 de maio daquele ano.

²⁴ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/renataloprete/1999/07/1520717-que-e-negro.shtml>>. Acesso em 18.nov.2022.

racista (DE AZEREDO, 2021, p. 88). A oração explicativa após seu nome (“que é negro”) foi criticada por leitores à *ombudsman* e justificada pela Folha como algo inédito, que pouco tempo depois assumiu que foi infeliz (e de fato o foi).

Ao completar 30 anos de implementação do cargo, com 12 jornalistas terem exercido a função, em 2019, Flavia Lima assumiu como a primeira *ombudsman* negra (ela também foi coordenadora do primeiro programa de treinamentos da Folha exclusivo para profissionais negros, do qual eu fui participante²⁵). Sua nomeação já sinalizava para uma atenção maior com a diversidade. De um total de 1.405 colunas publicadas em três décadas, apenas 16 (1%) abordam o racismo como tema principal a partir do título. Desses, três entre setembro de 1989 a dezembro de 1999; três entre janeiro de 2000 e março de 2010; e 10 entre abril-2010 a junho de 2020) (DE AZEREDO, 2021, p. 87-88).

²⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yoWcCQcZPM&ab_channel=FolhadeS.Paulo>. Acesso em 18.nov.2022.

3 ANÁLISE DO “RACISMO CORDIAL”

O caderno “Racismo Cordial” foi publicado pela Folha de S.Paulo no dia 25 de junho de 1995 e se constitui de um conjunto de reportagens de investigação científico-jornalística sobre o preconceito de cor no Brasil.

Tal descrição é apresentada no livro “Racismo Cordial - a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil”, publicado pela editora Ática também em 1995. O projeto foi organizado por Cleusa Turra, secretária-assistente de Redação na época²⁶, em parceria com Gustavo Venturi, que trabalhou 11 anos, quatro deles como diretor²⁷, no instituto de pesquisa Datafolha. Este é um instituto independente de pesquisa de opinião do Grupo Folha, que atua com pesquisa eleitoral e levantamentos estatísticos para o mercado²⁸.

O trabalho feito pelas mais 700 pessoas mobilizadas, dentre elas pesquisadores, supervisores de campo, estatísticos e equipes diversas, 11 jornalistas da Folha (TURRA; VENTURI, 1995, p. 6), e 5.081 entrevistados pelo Datafolha em todo o país buscou responder a uma pergunta: o brasileiro é racista?

Fernando Rodrigues, repórter especial da Folha na época e integrante da equipe do especial, sintetiza evidências para responder a esta pergunta. Segundo ele, todo o trabalho realizado, incluindo pesquisa e produção do caderno, pode ser resumido em: por mais que 89% dos brasileiros tenham dito que existia “preconceito de cor” contra pessoas negras, apenas 10% admitiram ter pouco ou muito preconceito. No entanto, indiretamente, 87% mostraram algum tipo de preconceito. (TURRA; VENTURI, 1995, p. 11)

E foi neste comportamento “sutil” em que se baseou o Datafolha para afirmar que sim, o brasileiro é racista, como explica o trecho abaixo:

O Datafolha encontrou algo simples e previsível: o Brasil é um país racista contra pessoas negras. A diferença é que isso foi, pela primeira vez, constatado cientificamente. Números e limites desse racismo foram identificados. Mapearam-se frases e atitudes racistas ou intolerantes contra negros (TURRA; VENTURI, 1995, p. 6)

²⁶ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/03/diz-que-e-da-folha-pedia-cleusa-turra-que-trabalhou-no-jornal-por-mais-de-30-anos.shtml>>. Acesso 22.set.2022.

²⁷ Disponível em <<https://sociologia.fflch.usp.br/gustavoventuri>>. Acesso em 22.set.2022.

²⁸ Disponível em <<https://datafolha.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 25.set.2022.

Antes de partir para a análise mais aprofundada do conteúdo do caderno, a fim de melhor compreensão, é importante esmiuçar o conceito que deu nome a toda esta obra: o racismo cordial.

De acordo com Fernando Rodrigues, o termo é referente ao “homem cordial” do historiador Sérgio Buarque de Holanda, descrito no quinto capítulo do livro “Raízes do Brasil”, que teve sua primeira edição publicada em 1936. Segundo Buarque de Holanda, as pessoas brasileiras oferecem ao mundo cordialidade e gentileza no trato e isso serve, de algum modo, como uma organização de defesa perante a sociedade, mas tal comportamento é superficial: “detém-se na parte exterior, [...] podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções.” (DE HOLANDA, 1995, p. 147)

Assim, tal qual o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, que tem dificuldade em distinguir o público e o privado (DE HOLANDA, 1995, p. 145) e que usa o “inho” ao fim das palavras para criar maior familiaridade com pessoas e objetos (DE HOLANDA, 1995, p. 148), o racista cordial cunhado pela Folha e pelo Datafolha é preconceituoso, mas não admite. “Indagado se é racista, o brasileiro, cordialmente, nega. [...] E a pesquisa conseguiu retirar esse disfarce dos brasileiros”, diz o jornalista Fernando Rodrigues. (TURRA; VENTURI, 1995, p. 13)

Aqui, é importante retomar a crítica feita ao conceito do “homem cordial” pelo sociólogo Jessé de Souza. Em seu livro “A tolice da inteligência brasileira”, publicado pela primeira vez em 2015, ele retoma Buarque de Holanda, em especial, no capítulo “Cordial e colonizado até o osso”. Nele, o autor aponta como falha que, para cunhar o “homem cordial” como tipo genérico brasileiro, Buarque de Holanda não levou em consideração as diferentes classes sociais existentes, mesmo em um país tão desigual (SOUZA, 2018, p. 45).

Além disso, Jessé de Souza afirma que o “homem cordial” nada mais trata-se de uma maneira simplista e superficial de não fazer o trabalho do sociólogo, que seria reconstruir as condições militares, políticas, econômicas, tecnológicas e também culturais (sem idealizações que não se aplicam à realidade) entre classes e entre sociedades (SOUZA, 2018, p. 46).

Mas se esta crítica é mais recente, é importante lembrar que pelo menos dez anos antes do lançamento do caderno especial a questão da “cordialidade brasileira” já era posta em xeque. Em “O que faz o Brasil, Brasil?”, publicado pela primeira vez em 1984, Roberto

DaMatta condenava a tentativa de definir o brasileiro apenas em um eixo, como somente em questão de modernidade e de economia de política, ou reduzir as bases brasileiras a um “problema de família, de relações pessoais e de cordialidade” (DAMATTA, 1986, p. 13). Segundo ele, para entender a sociedade brasileira, é preciso tecer esses dois aspectos, que são dados de forma simultânea e complexa.

É certo que desde que a Folha tentou definir o que era e como se manifestava o racismo no Brasil, muito se avançou nos estudos das questões étnico-raciais no país, inclusive por parte de pessoas negras. Como importante exemplo, as contribuições de Silvio Almeida²⁹, doutor em Direito que foi professor visitante da Universidade de Duke (EUA) e que ministrou disciplinas como “Vidas negras importam EUA e Brasil” e “Raça e lei na América Latina”³⁰ (tradução nossa). Atualmente ele é colunista da Folha³¹.

Em seu livro “Racismo estrutural” (2019), coordenado por Djamila Ribeiro, ele explica que é preciso diferenciar os termos “racismo”, “discriminação” e “preconceito”, que frequentemente aparecem como sinônimos quando se fala em questões étnico-raciais, como é o caso do caderno da Folha. Segundo o autor:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 32, grifos do autor)

Na mesma página, Silvio Almeida explica que o preconceito racial não é igual ao racismo, pois ele é “o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Como exemplos de preconceito, ele lista: assumir que pessoas orientais sejam naturalmente aptas nas ciências exatas; que pessoas judias sejam avarentas; ou que pessoas negras sejam violentas.

Já a discriminação racial tem como principal requisito o poder. Segundo Silvio Almeida, esta prática se dá no tratamento “diferenciado” às pessoas que compõem grupos

²⁹ Disponível em <<https://caesp.fgv.br/pessoa/silvio-luiz-almeida>>. Acesso em 22.set.2022.

³⁰ No original: “Black Lives Matter US and Brazil” e “Race and Law in Latin America”. Disponível em <<https://caesp.fgv.br/pessoa/silvio-luiz-almeida>>. Acesso em 8.nov.2022.

³¹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/>>. Acesso em 22.set.2022

racionalmente identificados. Sendo que pode ser direta – quando um país proíbe a entrada de pessoas muçulmanas, judias etc. – ou indireta – em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada ou é imposta a regra de “neutralidade social” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Sobre esta última, é possível relacioná-la ao mito da democracia racial, operado pelo sociólogo Gilberto Freyre em seu livro “Casa-grande & senzala”, publicado pela primeira vez em 1933. Esta falácia foi e é usada na sociedade brasileira como um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais e também como constante lembrança de que nossa sociedade foi formada em bases híbridas. (SILVA, 2015, p. 2)

Para Clóvis Moura, “a chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro” (MOURA, 1983, p. 127).

Voltando a Silvio Almeida, para ele, o resultado das práticas discriminatórias, sejam elas diretas ou indiretas, leva à “estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social [...] – é afetado” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

A partir destes conceitos, é possível inferir, então, que o racismo seria a forma sistemática de discriminação, a estrutura; o preconceito racial, tal qual sua etimologia o diz, segundo o dicionário Michaelis³², seria o “pré+conceito”, ou seja, o juízo de valor que é feito a partir da aparência; e a discriminação racial seria um instrumento apenas plausível de ser usado e, de fato excluir grupos racializados, quando envolve o poder.

Aqui é preciso ressaltar que a falta de uma diferenciação entre racismo, preconceito e discriminação por parte da Folha já tinha sido percebida e sinalizada por um dos maiores intelectuais do século XX, Milton Santos. Ele foi um dos entrevistados pela reportagem³³, na qual critica a pesquisa por esta falta de diferenciação e por outros aspectos: “Milton Santos [...] acha que a pesquisa do Datafolha reforça a intolerância contra os negros por não definir claramente alguns conceitos fundamentais, como preconceito e discriminação.” (TURRA; VENTURI, 1995, p.13)

A crítica do especialista, ao que parece, não foi levada em consideração o suficiente para gerar modificações no caderno ou ao menos não havia tempo hábil para mudança – não

³² Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/preconceito/>>. Acesso em 26.set.2022.

³³ Ver figura 6.

fica claro. Mas esta e outras questões referentes à crítica feita pelo estudioso serão aprofundadas no quarto capítulo do presente trabalho.

Para além da compreensão contemporânea do que é o racismo, o caderno suscita outra questão relevante. A equipe da Folha afirmou, em 1995, que a pesquisa do Datafolha percebeu que, naquela época, as atitudes racistas mapeadas eram advindas “inclusive dos próprios negros, que também demonstram preconceito contra integrantes de sua etnia”. (TURRA; VENTURI, 1995, p. 6). A afirmação de que pessoas negras podem ser racistas contra outras pessoas negras tem um teor acrítico que não compreende a totalidade da dinâmica sociorracial brasileira.

Nos escritos de Abdias do Nascimento, de Clóvis Moura, de Silvio Almeida dentre outros intelectuais negros, é possível observar que o poder ideológico do Brasil escravista moldava e molda o negro de tal forma que a reprodução do pensamento dominante se torna uma condição de funcionamento da ordem social, uma vez que “[...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”. (ALMEIDA, 2019, p. 21). O que exemplifica o fato de pessoas negras estarem sujeitas à reprodução de falas e de pensamentos oriundos do racismo.

Clóvis Moura explica que a sociedade de classes que sucedeu a sociedade escravista já operava um modelo de dominação ideológica. Esta divisão social do trabalho no Brasil, transformada em ideologia considerada democrática pelos interesses do colonizador, inicialmente, e das classes dominantes atuais por herança, ciclicamente aproveitada e dinamizada introjetou-se, de certa forma, na consciência do colonizado, do oprimido, transformando-o, muitas vezes; em reflexo passivo dessa ideologia. Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro. (MOURA, 1983, p. 127).

O historiador e cientista político ganês Anani Dzidzienyo afirma que “não há dispositivos legais que obriguem o negro a permanecer em posição desvantajosa; de fato não há necessidade para isso porque as estruturas econômica, social e política do Brasil, por sua própria natureza, operam contra os interesses dos negros.” (DZIDZIENYO apud NASCIMENTO, 2016, p. 87)

Levando em consideração todas essas questões e reflexões, seguimos para a análise mais aprofundada do conteúdo. Conforme afirmado no início deste capítulo, o caderno

especial Racismo Cordial foi publicado em um domingo, no dia 25 de junho de 1995. O material era um suplemento de 16 páginas tamanho standard – com área impressa de cerca de 33 cm por página, o que viria a ser reduzido quatro anos depois³⁴ – encartado na edição. O caderno continha reportagens e o resumo dos resultados de uma pesquisa Datafolha aplicada em todo o país nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1995. (TURRA; VENTURI, 1995, p. 5)

Para fins didáticos e de análise, de cada página do caderno será destacada de uma a duas matérias, com exceção da capa e da contracapa. Para melhor compreensão, optou-se analisar na capa o texto de abertura “Datafolha revela o brasileiro” e o teste “Responda você também as 12 perguntas do Datafolha”. E este último será analisado primeiramente.

Localizado na parte inferior, o quiz trata-se do elemento mais curioso e chamativo da capa. É uma espécie de teste que convida a pessoa que lê o jornal a também responder às perguntas que foram feitas aos entrevistados pela pesquisa. São 12 questões, sendo sete delas com quatro respostas possíveis e as cinco restantes, com três respostas. Em relação às sete primeiras, são apresentadas frases como “Negro bom é de alma branca?” e “Negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída?”, às quais aparecem as opções: A) Concorda totalmente, B) Concorda em parte, C) Discorda em parte e D) Discorda totalmente.

Em relação às outras cinco, uma questiona “Quem são mais inteligentes, os brancos ou os negros?”. A Folha também pergunta se a pessoa que lê votaria em políticos negros, como se posicionaria caso tivesse um chefe negro, o que faria se várias famílias negras se mudassem para a vizinhança e, por fim, o que faria se um filho ou uma filha casasse com uma pessoa negra. Para estas, há 3 respostas: uma completamente negativa e de resistência ao fato imposto – no caso da relativa à inteligência, “branco”, “negro” ou “não há diferenças”; uma com teor intermediário, na qual a pessoa estaria disposta a mudar; e uma completamente positiva. Estas podem ser vistas na capa, que aparece a seguir:

³⁴ Disponível em

<

Figura 3: Primeira página do caderno especial

Especial 2 Domingo, 25 de junho de 1995 FOLHA DE S. PAULO

700 é o número de pessoas mobilizadas pelo Datafolha para realizar esta pesquisa sobre preconceito de cor

5.081 é o número de entrevistados em todo o país nesta pesquisa do Datafolha

Datafolha revela o brasileiro

Pesquisa inédita faz mapeamento científico do preconceito de cor no Brasil

De Reportagem Local

No início dos anos 60, o sociólogo Florestan Fernandes criou uma frase: "O brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito".

O Datafolha furou essa vergonha. Fez a maior pesquisa da história do Brasil sobre preconceito de cor. No levantamento, 87% dos pesquisados não-negros manifestaram algum preconceito contra negros ao responder o questionário. Mas só 10% emergem preconceito naquilo que fazem.

O Datafolha também descobriu que o brasileiro não gosta de ser chamado de "pardo". Prefere ser moreno, uma designação que o IBGE não reconhece.

Os pobres — e não os ricos — são os que mais manifestam preconceito contra negros. Mais da metade dos negros aceita o anúncio: "negro bom é negro de alma branca". E os negros dizem estar satisfeitos consigo mesmos: 77% dos entrevistados não querem mudar a aparência.

O Datafolha relatou sua pesquisa em 167 páginas. Hoje, a Folha apresenta os resultados neste caderno especial. **(FR)**

Entenda como é a metodologia

HALJO FRANCISCO FAULINO
Gerente Geral de Opinião do Datafolha

O Datafolha mobilizou cerca de 700 pessoas para realizar a mais ampla pesquisa sobre preconceito racial no Brasil.

A pesquisa foi realizada em todas as unidades da Federação, envolvendo 5.081 pessoas nos meses de 16 anos em entrevistas pessoais, em 121 cidades, de 4 a 6 de agosto.

Este número de entrevistas permitiu um detalhamento estatístico nos cruzamentos. É possível analisar opções, por exemplo, de cada grupo étnico segundo a faixa etária ou região de moradia.

Em dois conceitos presentes em todo levantamento feito por amostragem, são a margem de erro e o intervalo de confiança.

A margem de erro define a variação dos resultados da pesquisa. Nesta estudo, a margem de erro é de dois pontos percentuais. Assim, quando se diz que 89% dos brasileiros afirmam que os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros, outra leitura rigorosa o correto seria afirmar que de 87% a 91% tem essa opinião.

O intervalo de confiança serve para se saber o número de vezes que a pesquisa poderia ser realizada sem que o resultado ficasse fora da margem de erro. Neste estudo, o intervalo de confiança é de 95%.

Um intervalo de confiança de 95% significa que se fossem feitos 100 levantamentos semelhantes com a mesma metodologia, em 95 dos resultados ficariam na margem de erro de dois pontos percentuais.

Todas as pesquisas foram baseadas no número de brasileiros acima de 16 anos (97.659.740 habitantes) divulgado pelo IBGE a partir do Censo de 1991, aplicadas as taxas de crescimento para 1995.

Também foi baseada em conceitos do IBGE e critério de classificação por etnia. Essa classificação foi feita de três formas distintas:

- 1) Antes de cada entrevista os pesquisadores receberam a cor observada dos entrevistados segundo os critérios do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena).
- 2) Os entrevistados classificavam-se espontaneamente de acordo com a nomenclatura que habitualmente utilizam.
- 3) Os entrevistados eram solicitados a se auto-classificarem de acordo com os critérios do IBGE.

Esta pesquisa foi realizada a partir de um questionário de amostragem estratificada por sexo e idade, com somatório aleatório dos entrevistados. O conjunto da população adulta do país é tomado como universo da pesquisa e dividido inicialmente em quatro subuniversos que representam as regiões.

Em cada subuniverso os municípios são agrupados de acordo com a localização geográfica e o nível socioeconômico.

Dentro de cada grupo são sorteados municípios estratificados pelo porte correspondente. Nos pontos de sorteio sucessivos, chega-se ao bairro e ao indivíduo.

A cidade de Curitiba é a única cidade onde houve uma amostragem por setores censitários. Nas demais cidades, a amostragem foi feita por setores censitários. Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a amostragem foi feita por setores censitários e por setores censitários.

INDICE

Conheça algumas histórias do caderno "Racismo Corrida"

3 **Maria Theresa**, diretora de colégio e professora que absolviu em processo por crime de racismo

13 **Malcolm Lima da Silva**, que foi discriminado pelo pai por ser negro e trabalhar em feirinha

5 **Claudio Adria**, negro, futebolista, que se casou com Paula Barreto, branca, e enfrentou o preconceito da família

14 **Adson Carvalho**, dono de uma empresa de serviços de informática, que deve faturar US\$ 100 milhões

7 **Conselho Agencista Sindo**, milênio que não sabe fazer samba e se considera "especialmente amarelo"

15 **Isidoro Barros**, caboleiro, que foi discriminado por ser negro e trabalhar em feirinha

9 **Alexandra Dias**, pleiteante do cargo de vereadora da Câmara Municipal de São Paulo, que foi discriminada por ser negra

16 **Carla Regina da Silva**, servidora pública, que foi discriminada por ser negra e trabalhar em feirinha

10 **Nilton Santos Oliveira**, um negro do "Tribunal da Justiça", que enfrenta preconceito em seu trabalho

6 **Elm Bergueh**, geógrafo, professor de IBGE na Universidade Federal de Pernambuco, que fez uma pesquisa sobre o preconceito

12 **Isidoro de Andrade**, enfermeiro, escritor e crítico negro, que conta a realidade vivida nos bairros

8 **Milton Santos**, geógrafo, crítico a negros, que fez uma pesquisa sobre o preconceito

2 **Paul Singer**, economista, analista e jornalista da Folha

6 **Márcia Felinto**, atriz e cantora, que fez uma pesquisa sobre o preconceito

11 **Diego de Freitas**, jornalista, que fez uma pesquisa sobre o preconceito

ARTIGO

A razão das diferenças

Paul Singer

Uma das diferenças mais evidentes, no Brasil, entre brancos e pretos é a condição econômica: a dos primeiros é nitidamente superior à dos últimos. A pesquisa do Datafolha apontou: a escolaridade dos brancos é superior à dos negros. A média de anos de estudo dos brancos é de 7,8, enquanto a dos negros é de 6,5. Isso significa que os brancos têm, em média, um ano e meio a mais de escolaridade. Isso não é coincidência. É a consequência de uma situação de desigualdade social que mantém os negros em condições de vida precárias e os brancos em condições de vida melhores. O que é reconfortante, porém, é que os negros não são menos inteligentes que os brancos. A pesquisa do Datafolha mostrou que os negros têm, em média, o mesmo nível de inteligência que os brancos. Isso significa que os negros não são menos capazes que os brancos. É a consequência de uma situação de desigualdade social que mantém os negros em condições de vida precárias e os brancos em condições de vida melhores. O que é reconfortante, porém, é que os negros não são menos inteligentes que os brancos. A pesquisa do Datafolha mostrou que os negros têm, em média, o mesmo nível de inteligência que os brancos. Isso significa que os negros não são menos capazes que os brancos.

RESPOSTA VOCÊ TAMBÉM AS 12 PERGUNTAS DO DATAFOLHA

Depois de responder, confira a pontuação na página 4

1 "Negro bom é negro de alma branca?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

7 "Toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

2 "As únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

8 Quem são mais inteligentes, os brancos ou os negros?
A) Não existem diferenças B) Os brancos C) Os negros

3 "Se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

9 Você já votou ou votaria em algum político negro?
A) Já votou B) Não votou, mas votaria C) Não votou e não votaria

4 "Negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

10 O que faria se tivesse um chefe negro?
A) Não se importaria B) Ficaria contrariado, mas procuraria aceitar C) Não aceitar e mudaria de trabalho

5 "Se pudessem comer bem e estudar, os negros teriam sucesso em qualquer profissão?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

11 O que você faria se várias famílias negras viessem morar na vizinhança?
A) Não se importaria B) Ficaria contrariado, mas procuraria aceitar C) Não aceitar e mudaria de casa

6 "Uma coisa boa do povo brasileiro é a mistura de raças?"
A) Concordo totalmente B) Concordo em parte C) Discordo em parte D) Discordo totalmente

12 O que você faria se um filho ou uma filha casasse com uma pessoa negra?
A) Não se importaria B) Ficaria contrariado, mas procuraria aceitar C) Não aceitar o casamento

³⁵ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo02.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

Ao final, orienta-se a olhar na página 4 (VER ANEXO B) para marcar qual foi o escore obtido, conforme o quadro abaixo:

Figura 4: Quadro de respostas ao teste

Edição de Área/Folha Impressa

A PONTUAÇÃO DAS 12 PERGUNTAS DA PÁG. 2

Marque no quadrinho à direita seus pontos em cada pergunta

Pergunta 1:	a) 2 pontos	b) e c) 1 ponto	d) 0 ponto	<input type="text"/>
Pergunta 2:	a) 2 pontos	b) e c) 1 ponto	d) 0 ponto	<input type="text"/>
Pergunta 3:	a) 2 pontos	b) e c) 1 ponto	d) 0 ponto	<input type="text"/>
Pergunta 4:	a) 2 pontos	b) e c) 1 ponto	d) 0 ponto	<input type="text"/>
Pergunta 5:	a) 0 ponto	b) e c) 1 ponto	d) 2 pontos	<input type="text"/>
Pergunta 6:	a) 0 ponto	b) e c) 1 ponto	d) 2 pontos	<input type="text"/>
Pergunta 7:	a) 0 ponto	b) e c) 1 ponto	d) 2 pontos	<input type="text"/>
Pergunta 8:	a) 0 ponto	b) e c) 2 pontos		<input type="text"/>
Pergunta 9:	a) e b) 0 ponto	c) 2 pontos		<input type="text"/>
Pergunta 10:	a) 0 ponto	b) 1 ponto	c) 2 pontos	<input type="text"/>
Pergunta 11:	a) 0 ponto	b) 1 ponto	c) 2 pontos	<input type="text"/>
Pergunta 12:	a) 0 ponto	b) 1 ponto	c) 2 pontos	<input type="text"/>
TOTAL				12

CÁLCULO:

Some a sua pontuação e divida por 12. O número encontrado será a sua média. O Datafolha classificou em quatro categorias as médias obtidas. Leia abaixo a descrição de cada uma, veja em qual você se encaixa e saiba qual a pontuação dos 5.081 pesquisados:

Média		Na pesquisa Datafolha*
0,00	Não manifesta preconceito nas respostas às 12 perguntas.	13%
até 0,30	Manifesta um pouco de preconceito nas respostas às 12 perguntas.	36%
mais de 0,30 a 0,99	Manifesta preconceito medianamente nas respostas às 12 perguntas.	47%
de 1,00 a 2,00	Manifesta preconceito fortemente nas respostas às 12 perguntas.	4%

* Respostas dos pesquisadores sobre essa escala. Excluído também as respostas dos brancos, pardos, negros e outros.
Obs.: na pesquisa o Datafolha não fez as perguntas 10, 11 e 12 às 11 regiões.

Fonte: Almanaque Folha³⁶

Segundo a pesquisa Datafolha, cerca de 660 dos 5.081 entrevistados não manifestaram nenhum tipo de preconceito nas respostas feitas pela pesquisa; cerca de 1.829 pessoas manifestaram um pouco de preconceito; 2.388 manifestaram preconceito medianamente; e cerca de 203 manifestaram preconceito fortemente. É importante ressaltar que o questionário inicial era longo, com 34 perguntas, mas jornalistas e profissionais do instituto fizeram cruzamentos de respostas de 12 perguntas selecionadas. E, segundo a Folha, isto contribuiu para alcançar o ambicioso objetivo principal, que era saber o tamanho exato do racismo no Brasil, quem o exerce e de que forma. (TURRA; VENTURI, 1995, p. 13.) Importante lembrar que esta tentativa é duramente criticada por Milton Santos (crítica esta que será abordada no capítulo seguinte).

Apesar de suprimidas, as perguntas adjacentes aparecem diluídas ao longo das matérias do caderno como é o caso da pergunta “Pelo que você sabe, ou imagina, quem é

³⁶ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo02.pdf>>. Acesso em 10.out.2022.

melhor de cama: as brancas, as mulatas ou as negras?”, que foi feita a todos os entrevistados do sexo masculino (TURRA; VENTURI, 1995, p. 53) e que aparece na matéria “Brasileiros confirmam que a mulata é a tal”, na página 7 (VER ANEXO E). No texto, o saldo da pesquisa é de que 32% dos indivíduos do sexo masculino – não são indicadas nem orientação sexual nem identidade de gênero para fazer tal classificação – acreditam que a mulata seria “melhor de cama”. Já entre as duas categorias restantes, brancas e negras, há um empate técnico: 12% responderam “brancas” e 13% responderam “negras”. Já as mulheres – também não foram indicadas nem orientação nem identidade – preferem seus iguais em relação à cor de pele, segundo a pesquisa.

O Datafolha explica que optou-se pelo termo “mulata”, e não “parda” (como diria o IBGE), para perguntar, porque “trata-se de palavra consagrada no vocabulário cotidiano das pessoas” (TURRA; VENTURI, 1995, p. 53). No entanto, é importante observar que o uso do termo pode fomentar a estrutura racista, como diz Clóvis Moura em “A sociologia do negro brasileiro”, publicado pela primeira vez em 1988. O autor explica que o uso do termo “mulato” é uma herança da escravidão no Brasil, do qual as classes dominantes se valem para tentar barrar a criação de uma “consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil” (MOURA, 1988, p.70). Segundo ele,

O sistema classificatório que o colonizador português impôs, criou a categoria de mulato que entra como dobradiça amortecedora dessa consciência. O mulato é diferente do negro por ser mais claro e passa a se considerar superior, assimilando a ideologia étnica do dominador, e servir de anteparo contra essa tomada de consciência do segmento explorado/discriminado. (MOURA, 1988, p. 70)

No Brasil, o termo foi criado para designar o filho de homem branco (europeu) com mulher negra (escrava) (NUNES, 2013, p.7). No século XVIII, o médico Raimundo Nina Rodrigues, considerado pai da antropologia criminal no Brasil, usava o termo dessa forma, porém, sua pesquisa se baseava em teses racistas. Ele acreditava que a “mestiçagem humana era um ‘problema biológico’ e um ‘risco à pureza dos brancos’”. (NETO, 2018, p. 24)

Ainda em relação ao tema, o caderno da Folha traz uma matéria intitulada “Mulato afirma ser negro por uma questão política”, na página 10 (VER ANEXO G). Nela, há uma entrevista ao único vereador negro de São Paulo na época, em 1995, Vital Nolasco. Segundo

ele, é importante afirmar-se enquanto negro no Brasil e que “o negro precisa se valorizar mais. Ele não se impõe. Tem medo de ser negro”³⁷. O pensamento vai ao encontro de estudiosos da época como Clóvis Moura, que concordam com a ideia de que reconhecer-se enquanto negro é preciso para lutar contra a estrutura racista do Brasil. Apesar do próprio reconhecimento de Nolasco enquanto pessoa negra, o repórter da Folha optou por classificar o entrevistado enquanto “mulato” por razão pela qual não aparece no texto. É importante observar que durante a pesquisa, os entrevistadores realizaram a mesma prática. Eles anotavam a cor observada dos entrevistados segundo os critérios do IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena), conforme descrito na matéria de abertura do caderno. (VER FIGURA 2)

Mediante a isto, e com estudos de questões étnico-raciais já presentes na época, não seria necessário que um grande jornal como a Folha ouvisse especialistas para evitar ainda mais o fomento do preconceito, e não justificar o uso de um termo já comprovadamente racista apenas por ser “consagrado no cotidiano”? Por sinal, o “fomento do preconceito” trazido pela pesquisa é também uma crítica feita por Milton Santos, que será analisada no próximo capítulo deste trabalho. Mas, por ora, seguimos.

Voltando à capa, a matéria de abertura traz a manchete “Datafolha revela o brasileiro” e o subtítulo “Pesquisa inédita faz mapeamento científico do preconceito de cor no Brasil”. O texto discorre sobre as constatações feitas pela pesquisa. Em suma, 87% dos pesquisados não-negros manifestam algum preconceito contra negros ao responder o questionário, mas que só 10% enxergam preconceito naquilo que fazem. O texto também afirma que o Datafolha descobriu que o brasileiro não gosta de ser chamado de “pardo” e, sim, de “moreno”. O texto também explica que, para entender a pesquisa, é preciso levar em conta os conceitos da margem de erro, que define variação dos resultados, e o intervalo de confiança, que serve para se saber o número de vezes que a pesquisa poderia ser realizada sem que o resultado ficasse fora da margem de erro.

Em “Como brasileiros manifestam seu racismo cordial”, na página 3 (VER ANEXO A), o jornalista Fernando Rodrigues apresenta novamente os números divulgados na capa sobre a quantidade de racistas não-assumidos no Brasil – e introduz o termo “racismo cordial” ao leitor do jornal. Ele afirma que aproximadamente “87% dos 80 milhões de brasileiros

³⁷ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo10.pdf>>. Acesso em 31.out.2022.

não-negros (brancos, mulatos, pardos etc.) com 16 anos ou mais”³⁸ têm, em maior ou menor grau preconceito contra pessoas negras. Não há, aqui, conforme pontuado no início deste capítulo e também por Milton Santos, distinção entre “preconceito”, “discriminação” e “racismo”.

Ainda a mesma página traz a entrevista de título “‘Preto é gente’, diz absolvida por racismo”, que destaca Maria Thereza Ferraz Ramos, uma diretora aposentada que havia sido condenada a quatro anos de prisão, mas teve a pena absolvida em segunda instância. Ela foi acusada de impedir a professora negra Ana Augusta da Silva de entrar na escola estadual em que lecionava e de ter dito: “Lugar de negro é na senzala”.³⁹

É de se questionar a escolha editorial da Folha em usar cerca de dois terços de uma página para inserir uma foto e uma entrevista pingue-pongue a alguém que havia sido acusada de práticas racistas e a não conceder o mesmo espaço à pessoa que teria sido vítima dessas práticas. No parte esquerda da página há uma pequena matéria com pequenas declarações da professora Ana Augusta, enquanto o texto sobre o caso de Maria Thereza conta com amplo espaço para fala, suas respostas parecem não ser questionadas pelo repórter, sem contar a parte do texto que precede o pingue-pongue, com um tom quase que paternalista: “Maria Thereza é um exemplo vivo dos brasileiros que desejam ser cordiais em relação aos negros. Mas acabam escorregando em algum momento.”⁴⁰

Na página 5, o texto “Brasil quer ser chamado de moreno e só 39% se autodefinem como brancos” (VER ANEXO C) aponta que a pesquisa Datafolha mostra que 43% dos entrevistados se autodenominam morenos e suas variações, como moreno-claro e moreno-escuro. No restante, 6% se define como pardo e apenas 1% como mulato. Ao lado esquerdo do texto, há outra pequena matéria onde Valéria Motta Leite, coordenadora técnica do Censo do IBGE na época, explica que o termo “pardo é um saco de gatos” porque engloba tudo “o que não se enquadra nas outras categorias”⁴¹. E que se o termo “moreno” fosse usado, o instituto não teria como fazer uma comparação nas pesquisas.

A matéria “Não sou negro, sou marrom-bombom”, na página 6 (VER ANEXO D), também traz essa discussão. De um lado, integrantes de grupos de rap como o “Disciplina Urbana” e o “Realidade social” afirmam que “pardo” ou “moreno” é uma tentativa de

³⁸ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo03.pdf>>. Acesso em 31.out.2022.

³⁹ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo03.pdf>>. Acesso em 31.out.2022.

⁴⁰ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo03.pdf>>. Acesso em 31.out.2022.

⁴¹ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo05.pdf>>. Acesso em 31.out.2022.

embranquecimento da população. De outro, integrantes do grupo de pagode “Os morenos”, donos do hit dos anos 1990 “Marrom-bombom”⁴², dizem que são morenos assim como todos os brasileiros.

Sobre essa questão, a jornalista e escritora Marilene Felinto escreve em seu artigo “Em defesa do mestiço”, localizado na mesma página, que o brasileiro parece ter repulsa ao termo “pardo” por carregar um peso semântico negativo, uma vez que não é nem preto nem branco, um “branco sujo, duvidoso”. Segundo ela, isso atrapalhou o Censo IBGE da época, que mostrava o Brasil enquanto composto por 54% de pessoas brancas. Ela defende que seja substituído o termo por “moreno” ou “mulato” para que fossem englobados os “mestiços”, que, para ela, não são brancos nem pretos/negros. Como não há um divisor de águas claro de segregação racial no país tal qual nos EUA, como a Regra de uma gota (tradução nossa)⁴³, a demarcação de cores no Brasil não fica clara.

Nessa questão, Felinto cita a demógrafa Elza Borquó, que na época assessorava o IBGE na elaboração do Censo brasileiro. A Folha fez uma reportagem pingue-pongue que aparece em destaque na mesma página do artigo de Felinto com uma foto de Borquó e ocupando cerca de dois terços da página. A demógrafa afirma que realiza suas pesquisas a partir da concepção de que pretos e pardos sejam unidos na categoria de “negros” – classificação que é, de fato, usada pela IBGE hoje⁴⁴ –, que ninguém tem direito de classificar a cor de outro indivíduo e que não se opõe à troca de “pardo” por “moreno” nas pesquisas. Ela ainda diz que o ideal seria separar a classificação dos brasileiros entre brancos, asiáticos, indígenas e afro-brasileiros, como fazem nos EUA. Porém, Felinto critica a ideia por ser “importada” e por não encontrar ressonância entre brasileiros.

O guarda-chuva “Negros de sucesso contam como é ser ‘único’” (VER ANEXO F) conta a história de 8 pessoas que conseguiram “vencer o preconceito” e ocupar “profissões de brancos”, como escreve o repórter Mauricio Stycer. Dentre elas, a de Raimundo Cândido Júnior, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB-MG) na época, e também único negro a presidir uma OAB regional, que foi confundido com um porteiro ao se hospedar em um hotel e com motorista ao dirigir o próprio carro (VER ANEXO G).

⁴² Disponível em <<https://www.lettras.mus.br/os-morenos/47836/>>. Acesso. 11.out.2022.

⁴³ No original, a “*One drop rule*” é a regra na qual uma única gota de sangue negro na família torna o indivíduo negro. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/apartheid-genetico/>>. Acesso em 11.out.2022.

⁴⁴ Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ea/a/CQmMqSJDwGS3vnSRPVZG66H/?lang=pt>>. Acesso em 11.out.2022.

Também dentre os negros “únicos”, no caderno aparece a história de Tomaz Aroldo da Mota Santos, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e único negro a dirigir uma universidade federal brasileira na época (VER ANEXO H). À Folha, ele lamenta o número reduzido de pessoas negras na faculdade e atribui a discriminação mais a condições econômicas do que a cor.

O caderno dedicou uma atenção toda especial a como o racismo se manifesta na região Nordeste porque foi lá que o Datafolha registrou a maior porcentagem de pessoas que admitiram ter preconceito de cor – 17% contra 8% do encontrado no Sudeste, enquanto o menor número de entrevistados brancos não revelou, segundo o instituto, qualquer racismo implícito. Os resultados são trazidos na matéria “Negro nordestino conquista espaço do branco só na hora da autópsia” (VER ANEXO I), na página 12. Também é no Nordeste que a Folha encontra a história “Marlene foi escrava dois anos em Recife” (VER ANEXO J), uma mulher negra que trabalhou por 20 anos para uma patroa que não pagava seu salário, a espancava e queimava sua pele com óleo fervendo. E a história de Adson Carvalho, “Ex-favelado é empresário e milionário” (VER ANEXO K), que passou por diversos episódios racistas, mas que afirma não querer se envolver com nenhum movimento de revolta.

Para além dos assuntos aqui tratados, o caderno Racismo Cordial aborda também a estética negra, como cabelo e moda. Em “Orgulho da raça negra vai dos pés à cabeça, mas engancha no cabelo” (VER ANEXO L) é possível observar que 77% dos negros e pardos que responderam à pesquisa do Datafolha não mudariam nada em sua aparência. No entanto, se fossem mudar algo, seria o cabelo. A matéria traz, então, os artifícios usados pela população negra, em especial mulheres, para alisar e alterar os cabelos, como alisamentos, relaxamentos, pente quente etc. Segundo o texto, a ideia de “cabelo ruim” é quase uma tradição no Brasil. A página 15 é inteira dedicada a tratar da questão da autoimagem de pessoas negras, mostrando os métodos que usam para lidar e alterar as próprias madeixas. Ao pé da página, há o texto de serviço “Como cuidar do seu cabelo”, que traz dicas sobre as técnicas: relaxamento, permanente, hidratação e tranças.

Finalizando o caderno, a contracapa é a única página colorida do especial inteiro (VER ANEXO M), provavelmente para trazer destaque às fotos de pessoas negras tiradas na Bahia e em São Paulo, mostrando seus estilos de moda e de cabelo. No cenário diurno baiano, a reportagem encontra “descendo as ladeiras do Pelourinho” a estética afro, com Zumbi e Bob Marley sendo representados nas roupas e nos acessórios. Já na noite paulistana, a Folha

observou visual estético mais ligado ao cenário norte-americano e inspirado nos rappers.

4 A CRÍTICA DE MILTON SANTOS À PESQUISA

Dentre as matérias distribuídas pelas 16 páginas que compõem o caderno especial, já mencionadas no capítulo anterior, uma se difere das demais. Localizada na página 8, o texto intitulado “Pesquisa reforça preconceito, diz geógrafo” é uma entrevista em formato pingue-pongue com Milton Santos, um dos mais renomados intelectuais do Brasil (e o título da Folha não faz lhe faz jus) que critica a pesquisa do Datafolha, a forma como foi conduzida, a confusão entre os termos “racismo”, “discriminação” e “preconceito”, mas, sobretudo, afirma que o levantamento não se institui como instrumento antirracista, mas, sim, ajuda a alimentar o preconceito.

A conversa foi conduzida pelo repórter Mauricio Stycer, na época com 34 anos e hoje com 61, que concedeu uma entrevista exclusiva para compor o presente trabalho, na qual ele conta que ficou muito abalado com a postura contrária do intelectual à pesquisa e que apenas teve confiança para continuar entrevistando por ter estado envolvido no projeto desde o início, apurando e escrevendo outras matérias. É dele o texto que compõe a parte “Negros de sucesso contam como é ser negro ‘único’” (VER ANEXO F), onde conta que ligou para o Hospital das Clínicas e, dentre os 1.200 médicos do lugar, havia apenas um anestesista negro.

Na entrevista para o presente trabalho, Stycer conta suas impressões sobre o encontro com Milton Santos, falecido em 2001, desde sua chegada ao prédio, onde tinha um elevador de serviço, o que Santos era contra, até a publicação do pingue-pongue. Ele também afirma que nunca tinha dado uma entrevista sobre o projeto antes, que a equipe não tinha a preocupação de ter mais pessoas negras por trás do projeto e que, inclusive, ele nunca tinha pensado sobre isso até ter sido questionado.

Tendo isso em vista, e comparando o teor das matérias encontradas, a entrevista com Milton Santos revela-se como uma verdadeira brecha no tempo, a qual remove o “pedestal” no qual a Folha se colocou ao dizer que o conteúdo é o pioneiro ao quantificar racismo no Brasil, sendo que diversos intelectuais, como Santos, jornalistas negros, artistas negros e tantos outros já haviam feito inúmeros trabalhos sobre o tema em questão.

Analisar a crítica de Milton Santos é relevante porque ao se fazer uma análise documental há o risco de deixar-se levar pelas impressões do tempo em que se escreve, nesse caso, 27 anos depois da publicação do caderno. De certo que é impossível não fazê-lo, porém, busca-se aqui analisar e ponderar a crítica que Santos fez à pesquisa para observar no que a

Folha errou e o que faltou ser incluído no projeto que se propõe a ser tão pioneiro na imprensa paulista e brasileira. É interessante observar que já em 1995 o intelectual apontava questões que são pertinentes e que são estudadas até hoje.

O presente capítulo se estrutura em, primeiramente, entender a importância e o legado deixado por Milton Santos, que era muito além de um “geógrafo”, como cunha a Folha; analisar as questões levantadas durante a entrevista e retomar alguns dos conceitos trabalhados nos capítulos anteriores, enquanto observa-se o outro lado, de Mauricio Stycer, sobre os bastidores da entrevista e da produção do caderno; e compreender brevemente como a Folha posiciona-se atualmente sobre as questões étnico-raciais.

4.1 A importância de Milton Santos

Em muitos aspectos, Milton Santos foi um homem à frente de seu tempo e, com ele, aprende-se que é importante olhar para o futuro. Na era na qual muitos proclamavam o “fim da história”, ele introduziu o pensamento geográfico no centro do pensamento social do país, e deu visibilidade à geografia brasileira e auto-estima aos geógrafos (ELIAS, 2003, p. 132). Nascido em 1926, ele se formou como Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1948 e, em 1958, como Doutor em Geografia pela Universidade de Strasbourg, sob orientação do Prof. Jean Tricart e com a tese “O centro da cidade de Salvador”. Foi professor universitário, redator no jornal “A Tarde” (1954-1964), diretor da Imprensa Oficial da Bahia (1959-1961), representante da Casa Civil do presidente Jânio Quadros, dentre tantas outras importantes atribuições⁴⁵.

Em 1964, devido à ditadura militar e à instabilidade política e social, ele iniciou sua carreira internacional pela França, como professor convidado nas universidades de Toulouse, Bordeaux e Paris-Sorbonne. Durante a década de 1970 recebeu diversos convites de outros países para atuar em suas instituições. Em 1977, retornou ao Brasil e atuou na UFRJ (1979-1983) e na USP (1983-1997)⁴⁶.

Sua colaboração para a construção epistemológica da ciência geográfica é nítida. Pensar o espaço, o território [...] era o objeto de seu trabalho. O uso da periodização; o imbricamento do teórico com o empírico, já que ‘é através do estudo do lugar que o mundo é empiricamente percebido’; o estudo dos sistemas técnicos e dos sistemas normativos; assim como a idéia

⁴⁵ Disponível em <<http://miltonsantos.com.br/site/biografia/>>. Acesso em 18.nov.2022.

⁴⁶ Disponível em <<https://professor.ufrgs.br/dagnino/book/quem-foi-milton-santos>>. Acesso em 18.nov.2022.

de que o mundo não se explica sem as suas diferentes partes são algumas das ferramentas imprescindíveis para o estudo da empiricização do tempo no espaço, nas diferentes escalas geográficas. (ELIAS, 2003, p. 133)

Em 1994, um ano antes do “Racismo Cordial” ser publicado, a visibilidade de Milton Santos e de sua obra extrapolaram os muros acadêmicos, quando ganhou Vautrin Lud, o maior prêmio internacional da Geografia – espécie de Nobel da especialidade, atribuído por universidades de vários países. Ali, ele ultrapassou o ramo da Geografia e o do mundo acadêmico (ELIAS, 2003, p. 132). Foi reintegrado oficialmente à UFBA em 1995, da qual tinha sido demitido por “ausência”. Doze universidades brasileiras e sete universidades estrangeiras lhe outorgaram o título de Doutor Honoris Causa⁴⁷. Em 2000, um ano antes de falecer, publicou o livro “Por uma outra globalização”, no qual disserta “sobre os pilares da globalização, suas consequências territoriais e sociais e desenha um futuro cheio de esperança” (ELIAS 2003, p. 146).

O intelectual pensava muitas questões étnico-raciais a partir do “lugar do negro”. Ao visitar o alguns países da África, no artigo “Nossos irmãos africanos”, publicado no Jornal “A Tarde”, ele conta como foi a experiência de ser tomado como africano no próprio continente, o que já tinha ocorrido em outras partes do mundo, e nunca como brasileiro. Por meio dela, ele denota que ser negro é uma questão que transcende a noção de localidade. Ser negro é um lugar, “o lugar do negro”, as interrelações entre a corporeidade negra e o espaço (e as posições sociais). Ele ainda relata que os africanos que cruzaram seu caminho reconheceram nele semelhanças marcantes de um espaço comum de pertença, capaz de suscitar recordações agradáveis. No entanto, ressalta que os mitos dos encontros negros com os espaços vividos estão longe de serem sempre agradáveis e, por isso, marcadas também por relações topofóbicas, por influência da colonização branca (QUINTINO, 2012, p. 5-6).

4.2 A brecha no tempo

Milton Santos recebeu a pesquisa do Datafolha alguns dias antes da entrevista para o caderno e não gostou nada da pesquisa, o que foi um choque tanto para o Mauricio Stycer quanto para a equipe responsável, como fala Stycer em entrevista para o presente trabalho:

A minha sorte nessa entrevista foi que, antes dela, eu já estava fazendo outras reportagens para o caderno, o que eu adorei ter feito. A pauta era

⁴⁷ Disponível em <<http://miltonsantos.com.br/site/biografia/>>. Acesso em 18.nov.2022.

mostrar a dificuldade na inserção no mercado de trabalho em profissões de classe A e B, onde não haviam negros [...]. No livro são citados apenas 2 ou 3 personagens, mas eu achar 5, o que foi muito difícil, um médico negro, estamos falando de 1995, achar um médico, um juiz, um piloto de avião negro... E foi algo que eu fiquei muito chocada, você vai naturalizando e não se dá conta (STYCER, 2022)⁴⁸.

Durante esse processo, Stycer percebeu que muito dos entrevistados tinha incorporado a questão do mérito pessoal – a meritocracia –, afirmando que basta que os negros se esforcem para alcançar posições mais altas (o que, já visto nos capítulos anteriores, não é verdade, uma vez que a população negra já começa em desvantagem por conta da escravidão e do racismo estrutural). O repórter conta que por causa de sua apuração anterior, ter entrevistado outras pessoas, ter lido número e outros dados, conseguiu continuar a entrevista a Santos, que condenou a pesquisa e os métodos da Folha durante praticamente todo o tempo em que foi ouvido.

Ao ouvir que Milton Santos não tinha gostado nada da pesquisa, Stycer diz: “eu quase caí da cadeira! Eu fiquei realmente abalado e pensei “o que é isso?”. Apesar disso, eu tenho muito orgulho dessa entrevista porque foi muito difícil” (STYCER, 2022). Mesmo com o baque, Stycer se alegra em tê-la feito, pois, ao reler, sente que “segura a peteca” e sua relevância se mantém até os dias de hoje, tendo sido citada pelo menos 323 vezes, segundo o Google Acadêmico.⁴⁹ Ele afirma que aceita a crítica, que é substantiva, mas que tinha boas questões, fez provocações e que não ficou na defesa, “ofendido porque ele não gostou”.

Logo ao chegar no prédio de Santos para fazer a entrevista, em São Paulo, ele observou que havia um elevador de serviço, destinado a separar trabalhadores dos moradores, que usavam o elevador social. O que chamou sua atenção era que, diferente de outros prédios, os dois elevadores ficavam lado a lado e com as duas placas eram iguais. Ele leva isso para a entrevista, perguntando se o intelectual nunca tinha protestado contra isso, ao que Santos respondeu que sim: “Já pedi para tirarem. Nos foi dito, então, que colocássemos os empregados para comerem conosco à mesa. Uma típica confusão entre o público e o privado, que só o brasileiro faz. A nossa sociedade é bastante tranquila em relação à miséria.” (VER FIGURA 4). Stycer não entende a resposta, ao que Milton responde que apenas no Brasil e

⁴⁸ Entrevista concedida à autora. Por videoconferência. 22.set.2022.

⁴⁹ Disponível em

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=racismo+cordial+folha&btnG=&oq=racismo+cordial>. Acesso em 18.nov.2022.

nos EUA a exclusão aparece como algo natural, mas que nos EUA haviam iniciativas fortes para contrariar a tendência à exclusão, e o grave em ambos países era que diversas formas de exclusão encontravam apoio da ciência.

Figura 5: Entrevista com Milton Santos para a Folha de S.Paulo

Especial: Domingo, 25 de junho de 1995 FOLHA DE S. PAULO

"Em aviões, os comissários só falam comigo em inglês, o que é insuportável!"

Milton Santos, geógrafo



17% dos homens negros acham que a dificuldade de acesso a escolas é o maior problema

Pesquisa reforça preconceito, diz geógrafo

Para Milton Santos, professor-titular da USP, "não era necessário" o Datafolha tentar quantificar o racismo

De Reportagem Local

Milton Santos, professor-titular de geografia humana da USP, acha que a pesquisa do Datafolha reforça a intolerância contra os negros e o racismo brasileiro. Santos critica o levantamento e o preconceito a discriminação.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Milton Santos, professor-titular de geografia humana da USP, acha que a pesquisa do Datafolha reforça a intolerância contra os negros e o racismo brasileiro. Santos critica o levantamento e o preconceito a discriminação.

Santos é negro, casado com uma branca, e pai de dois filhos. Abaixo, trechos de entrevista à Folha feita no último dia 16. (Maurício Stycer)

Folha - O sr. poderia comentar alguma coisa sobre o racismo de negros contra negros?

Milton Santos - Eu não estou seguro que a Folha esteja tratando corretamente a questão. O nível de imprecisão com que a palavra "preconceito" foi utilizada inutiliza qualquer resultado.

Folha - Por exemplo?

Santos - Toda pesquisa. O que é ideal? Preconceito? Há uma definição.

Folha - Qual o problema com a palavra "preconceito"?

Santos - Essa palavra não quer dizer nada e quer dizer tudo. Portanto, não se presta a ser usada numa pesquisa.

Folha - O sr. conhece algum termo melhor?

Santos - Não. Esse teria que ser definido melhor. A maior parte das questões colocadas serve a uma estratégia de marketing, não a um trabalho social. Essa é a minha crítica central. Admito que o jornal se interesse por marketing.

Folha - Como é o racismo de marketing?

Santos - Não. Marketing é fazer perguntas apenas sobre o discurso e não sobre o comportamento. Há uma usura quando se pergunta sobre o comportamento, há estar pensando na próxima, que sei que a Folha vai fazer.

Folha - Quando o Datafolha pergunta se o entrevistado com-

partilha com a frase "Negro não é negro de outro branco"?

Santos - Eu não vejo mais interesse nesse tipo de frase. Isso vai ajudar a resolver a questão? Temos que ultrapassar essa fase.

Folha - E ir em qual direção?

Santos - Acho que o resultado dessa pesquisa é criar outros preconceitos. Por do que os anteriores, porque aparentemente se usam nomes científicos. Eu, portanto, primeiro contendo a ideia de pesquisa para tentar esse tipo de questão.

Folha - O sr. não acha que essa pesquisa ajuda a formar preconceitos algo que é subterrâneo?

Santos - Mas quem todas as pesquisas podem os preconceitos. Os que idealizaram a pesquisa não tiveram intenção para inventar outros cobras a partir da realidade. Não houve intenção. Quando é uma pesquisa para, dá para notar, só que vai reforçar preconceitos.

Folha - No momento em que se constata, através da pesquisa, que a maioria dos brancos brasileiros manifestam algum preconceito em relação aos negros...

Santos - Mas vocês não trabalham isso. O trabalho para a minha constatação. Essa pesquisa é um esforço importante, mas largamente insuficiente. É uma pesquisa fundada nos preconceitos. Para saber que o brasileiro é racista não precisa fazer essa pesquisa.

Folha - Mas nunca havia sido quantificado esse racismo.

Santos - Não era necessário. **Folha - O sr. conhece algum estudo que mostre isso?**

Santos - Pesquisa de estado. Há dezenas de anos que mostram isso. Quantificar é um plus. Por que, como não é estado, ela precisa a resultado que não tem objetividade científica. Falou esse conceito na pesquisa.

Folha - Qual a importância das comemorações dos 300 anos de Zumbi?

Santos - O centenário da Abolição, em 1988, deu lugar a comemorações, a festas, a imprensa se ocupou do momento e depois nada. Foi todo mundo que saiu 300 anos de Zumbi além da mesma coisa. Não dá mais para ficar só na comemoração de racismo.

Folha - O que o sr. acha que é



O geógrafo Milton Santos, da USP, em sua casa, em SP

preciso fazer para sair daí?

Santos - Há que se encontrar um projeto no qual o cidadão lutando do negro fosse objeto de medidas objetivas. Por exemplo: Como é que eu faço para que o USP tenha mais alunos negros?

Folha - O sr. defende o chamado sistema de cotas?

Santos - Essa pergunta gera um bloqueio de debate. Porque você só tem duas formas de responder para eu não.

Folha - Qual seria a pergunta correta?

Santos - O que eu devo fazer para que o negro entre e permaneça na universidade? A resposta seria: com políticas compensatórias.

O mundo inteiro tem políticas compensatórias de conquista social. Não me refiro aos negros.

tro? As políticas compensatórias servem para manter a ordem.

Folha - O sr. já viveu na França, nos EUA, no Canadá, na Tailândia. Qual é a especificidade do racismo brasileiro?

Santos - Aqui é natural os negros serem tratados da forma subalterna. Você não tem como reclamar. Se você protesta, é visto como algo que está perturbando o "clima agradável" que precisa existir nesse ou naquele lugar.

Folha - Aqui no seu prédio convivia, porta a porta, um elevador com placa "social" e outro "de serviço". O sr. nunca protestou contra isso?

Santos - Sim. Já pedi para trocar. Mas foi meio sério, que eu não tivesse os empregados para cometerem erros na mesa. Uma história contada entre o público e o privado, que só o brasileiro faz. A coisa aceitável é bastante temporária em relação à mídia.

Folha - Como assim?

Santos - Só no Brasil é isso. Eu não sei explicar porque não é algo natural. Só que nos EUA, você tem iniciativas fortes para contrariar essa tendência à exclusão, o contrário em relação à exclusão.

Essa é a minha crítica. A pesquisa da Folha. Ela pode ser uma contribuição para dar respaldo científico a formas de expressão de exclusão se não for acompanhada de uma outra coisa.

Folha - O sr. poderia dar exemplos de iniciativas reparadoras concretas?

Santos - As grandes universidades brasileiras são a cada um mais diferentes, não do ponto de vista intelectual, mas do ponto de vista socioeconômico. É interessante fazer uma seleção para um tipo de pessoas e outra para outro tipo de pessoas. Com a saúde também. Para ficar diferente é ser bem tratado no Brasil, você precisa ser mais.

Folha - O sr. acha que é necessário esse tipo de pesquisa quantitativa?

Santos - Também não sei. No caso do Brasil, a discussão deveria passar também pela ideologia da democracia racial, e não só a questão de acesso à educação. Não é uma questão de cultura. Tem que ser do Ministério da Justiça. A solução é via política.

Folha - O sr. acha que deveria haver alguma iniciativa de fim do racismo?

Santos - Não. Isso seria, tirar um grama, mas acho que a questão do negro não pode mais ficar no Ministério da Cultura. Não é uma questão de cultura. Tem que ser do Ministério da Justiça. A solução é via política.

pesquisa faz a constatação de algo que não foi definido.

Folha - Essa ideologia de três séculos é responsável pelo racismo de negros contra negros?

Santos - Vivendo dentro de uma sociedade há uma, ou são objetos dessa sociedade. Mas não tem a política racismo. Não é isso.

Folha - E o quê?

Santos - Sei que não é fácil. Com frequência há mais preconceito do que discriminação.

Folha - No seu contato com a comunidade negra, o que o sr. tem visto?

Santos - Há um cansaço, uma consciência de não pertencer completamente à sociedade brasileira... Prefiro fazer compras em Nova York do que em São Paulo.

Folha - O sr. é multirracial?

Santos - Tenho com descendência. Parece que isso faz parte do ethos (caráter peculiar a determinado povo). A grande aspiração do negro brasileiro é ser tratado como um homem comum.

Folha - Quando mais o sr. não é tratado como homem comum?

Santos - Em aviões. Os comissários só falam comigo em inglês, o que é insuportável. Há duas semanas, num avião da Varig em Paris, reclamei em português sobre o meu lugar. Ele respondeu em inglês. Ele disse: "Não fale em inglês". Ele respondeu: "O sr. me desculpe, mas ainda não sei falar francês." Isso é preconceito? Isso é discriminação?

Folha - O que é?

Santos - Ele não sabia que eu não era chateado. Mas me chateei. Como eu posso pedir que as pessoas sejam amáveis com os negros em shopping centers? Não tenho como pedir. Por enquanto não tem solução.

Folha - O sr. acha que deveria haver alguma iniciativa de fim do racismo?

Santos - Não. Isso seria, tirar um grama, mas acho que a questão do negro não pode mais ficar no Ministério da Cultura. Não é uma questão de cultura. Tem que ser do Ministério da Justiça. A solução é via política.

Fonte: Almanaque Folha⁵⁰

⁵⁰ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo08.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

elaborada há três séculos na Bahia e que todo o país tinha aceitado. Com seu olhar voltado para o futuro, ele acreditava que, naquele momento, era hora de agir.

Santos não tinha certeza de que a Folha e o Datafolha estavam tratando a questão étnico-racial no Brasil de forma correta por causa do uso impreciso da palavra “preconceito” – em outro momento da entrevista, ele diz que considera o termo insuficiente e que, por isso, a Folha acabou fazendo uma contabilidade de algo que não tinha sido definido. Santos se questiona em dado momento sobre o que seria “admitir preconceito”, que essa palavra não quer dizer nada e, ao mesmo tempo, quer dizer tudo e que, por isso, não poderia ser usada em uma pesquisa.

Quando perguntado se indicaria algum termo melhor, ele diz que não, que isso teria que ser melhor definido, e que a maioria das questões colocadas serviam a uma estratégia de marketing da Folha, não a um trabalho social. Inclusive, ele pontua esta como sua crítica central, afirmando que o jornal se interessava por marketing⁵¹, ao que define como: “marketing é fazer perguntas apenas sobre o discurso e não sobre o comportamento”⁵². Para Milton Santos, fazer perguntas com enunciados como “Negro bom é negro de alma branca” não ajuda a resolver a questão racial, e de fato não o faz, é preciso ultrapassar essa frase. Ele diz que o resultado da pesquisa foi criar apenas outros preconceitos, até piores que outros, porque, aparentemente, se tornaram científicos, e, portanto, condena a ideia da pesquisa em si para testar esse tipo de questão.

As questões feitas pelo Datafolha repetem frases e comportamentos preconceituosos na década de 1990 e, por isso, apenas os reforçam. Para Milton Santos, não houve esforço inovador por parte dos idealizadores, que não “tiveram imaginação” para inventar outras coisas a partir da realidade. O principal problema foi que a questão do preconceito é retratada de maneira indefinida, a equipe constata que a maioria dos brancos brasileiros manifesta algum preconceito em relação aos negros, mas e aí? O que será feito a partir disso?

Milton Santos é certo ao apontar que para afirmar que o brasileiro é racista não era preciso pesquisa, que já havia naquela época dezenas de teses que mostravam isto (e, como o

⁵¹ Mauricio Stycer acredita que esse comentário sobre marketing tenha se dado por causa do nome que a Folha escolheu para o projeto, “Racismo Cordial”, que seria “um pouco chocante”. Isso pode ter levado Milton Santos a achar que o jornal estava se colocando enquanto um veículo que lutava contra o racismo, e que isso seria bom para sua imagem, mas que ao mesmo tempo estava o fazendo de um modo que ele considerava superficial ou pouco esclarecedor. Mas é preciso lembrar que é um jornal (STYCER, 2022). Entrevista concedida à autora. Por videoconferência. 22.set.2022.

⁵² Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo08.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

grande intelectual que era, cravou que pesquisa não é igual a estudo). Para ele, quantificar o racismo seria até pior porque, como não é estudo, prestigia o resultado, que não tem obrigatoriamente validade, não houve esse cuidado na pesquisa. Do outro lado, Mauricio Stycer faz sua avaliação da entrevista:

No primeiro momento, ele quis já passar sua crítica, que é muito forte. Ai uma hora ele recua um pouco: “não, eu sei que a Folha vai fazer outra melhor”. Acho que uma coisa a elogiar é o fato de a Folha ter mandado a pesquisa para ele antes, uma coisa assim de querer ouvi-lo (STYCER, 2022)⁵³.

A entrevista com o Stycer foi o primeiro momento em que Folha parou para ouvir Milton Santos após o resultado da pesquisa: “fui chamado para entrevistá-lo, disseram que ele iria comentar, mas ninguém me falou que ele não tinha gostado. Acho que ninguém sabia, [...] eu não fui preparado para isso” (STYCER, 2022)⁵⁴. Mesmo tendo mandado com antecedência, e tendo sido duramente criticada, nada foi alterado após a crítica por falta de tempo e recursos, segundo o repórter.

O projeto foi comandado por Marcelo Beraba, secretário de redação, e executado por Cleusa Turra, então secretária-assistente, e que entrou quando já estava em andamento. Segundo ele, “foi um projeto muito menina dos olhos do jornal, com muito cuidado e muito carinho. Envolveu muita gente durante um período muito longo”. Apesar disso, não houve a preocupação de envolver pessoas negras na equipe. Stycer, ao menos, não se lembra de nenhum negro sem ser o diagramador (mas participou também Marilene Felinto). A questão da diversidade como um todo também não era uma preocupação da Folha.

Quando você [Anelise, entrevistadora] me procurou, foi a primeira coisa que eu pensei, que eu nunca tinha pensado antes, inclusive, se você quiser, pode dizer isso, somente agora. Eu pensei “acho que não tinha nenhum negro”. Hoje, eu presto mais atenção em relação a isso: na novela, na política, em todo lugar isso me chama a atenção. Mas em 95 isso não me chamou a atenção. Acho que ninguém falou “só tem branco fazendo esse caderno”. Fora que era a realidade da Folha (STYCER, 2022)⁵⁵.

Na época, o número de repórteres da redação da Folha “se contava em uma das mãos”,

⁵³ Entrevista concedida à autora. Por videoconferência. 22.set.2022.

⁵⁴ Entrevista concedida à autora. Por videoconferência. 22.set.2022.

⁵⁵ Entrevista concedida à autora. Por videoconferência. 22.set.2022.

em cerca de 95% brancos (STYCER, 2022)⁵⁶. Quase três décadas depois da publicação, ao completar 100 anos de existência, a Folha lançou o primeiro Programa de Treinamento destinado a profissionais negros⁵⁷ para ajudar a aumentar a diversidade jornal (o critério de cor era de autodeclaração). Durante o período de três meses, pessoas de vários lugares do Brasil, incluindo a mim, tiveram palestras, aulas e atividades diárias sobre como fazer a cobertura de um jornal diário. Ao final, vários desses profissionais foram absorvidos pela Folha.

Figura 6: Parte da equipe que produziu o caderno especial Racismo Cordial



Fonte: Folha⁵⁸

Voltando a Milton Santos, na entrevista, ele demonstra preocupação que a efeméride dos 300 anos de Zumbi se tornasse o “novo” Centenário da Abolição, em 1988, em que houve comemorações, festas e cobertura da imprensa e apenas esta movimentação. Ele achava que era preciso encontrar um projeto no qual a cidadania limitada do negro fosse objeto de medidas objetivas, como por exemplo, como fazer que a USP tivesse mais alunos negros. Mas não somente isso, também era preciso pensar como fazer com que esses alunos permanecessem depois de seu ingresso. A resposta seria com políticas compensatórias e reparadoras, que são porque quando uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação precisa se ocupar dela. Ele diz que o fato de pessoas negras não estarem integradas no

⁵⁶ Entrevista concedida à autora. Local (cidade) ou por e-mail, whatsapp, telefone. Data completa.

⁵⁷ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/folha-lanca-programa-de-treinamento-destinado-a-profissionais-negros.shtml>>. Acesso em 23.set.2022.

⁵⁸

Disponível

em

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/03/diz-que-e-da-folha-pedia-cleusa-turra-que-trabalhou-no-jornal-por-mais-de-30-anos.shtml>>. Acesso em 23.set.2022.

Brasil é um risco nacional. Para além da educação, outro exemplo prático dessa reparação seria um atendimento de saúde igualitário.

Milton Santos, que já tinha vivido na França, Canadá, EUA e Tanzânia traz uma interessante definição sobre a especificidade do racismo brasileiro: “Aqui é natural os negros serem tratados de forma subalterna. [...] Se você protesta, é visto como alguém que está perturbando o ‘clima agradável’ que possa existir nesse ou naquele lugar”⁵⁹. Na visão dele, havia um cansaço na comunidade negra que era não pertencer completamente à sociedade brasileira por causa do preconceito. “A grande aspiração do negro brasileiro é ser tratado como um homem comum”⁶⁰.

Ele conta que sofria racismo na forma de olhares de desconfiança, que fazem parte do *ethos* (caráter peculiar a determinado povo) do brasileiro e que, por isso, preferia fazer compras em Nova York a fazer em São Paulo. O lugar onde se sentia menos “homem comum” era dentro de aviões, onde os comissários só falavam com ele em francês. Certa vez, em um voo da antiga Varig, em Paris, tinha reclamado sobre o próprio lugar em português e o comissário o respondia em Inglês. Santos pediu ao funcionário que falasse sua língua, que respondeu dizendo que ainda não sabia falar Francês. O intelectual se pergunta se o episódio constitui preconceito ou discriminação. Ao final da entrevista, por mais esperançoso que fosse, ele diz que ainda não vê solução para o problema, mas que, pelo menos, “o problema do negro” não mais deveria ser do Ministério da Cultura e, sim, do Ministério da Justiça.

Como balanço da entrevista, Mauricio Stycer diz que não se envergonha da entrevista, por mais que tenha sido confrontado inúmeras vezes. “Eu segurei bem a onda, mas não apelei. Em alguns momentos faço perguntas provocativas, não fiquei doído. Eu não estava vendo coisas que ele via na pesquisa, então foi bom para mim também” (STYCER, 2022)⁶¹.

4.3. A Folha hoje

Depois da publicação do caderno, a Folha de S.Paulo muito se transformou quanto à postura frente a questões étnico-raciais no Brasil. Em 2014, fez uma campanha intitulada “Sistema de Cotas: O que a Folha pensa”⁶², contra a reserva de vagas por critérios raciais,

⁵⁹ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo08.pdf>>. Acesso em 18.nov.2022.

⁶⁰ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo08.pdf>>. Acesso em 18.nov.2022.

⁶¹ Entrevista concedida à autora. Por videoconferência. 22.set.2022.

⁶² Disponível em

<<https://m.folha.uol.com.br/multimedia/tvfolha/2014/08/1493905-sistema-de-cotas-o-que-a-folha-pensa.shtml>>. Acesso em 6.out.2022.

trazendo a modelo Carol Prazeres como interlocutora. No entanto, cinco anos depois, o mesmo jornal criou uma editoria com a missão de estimular diversidade em reportagens⁶³, assumida primeiramente pela jornalista Paula Cesarino Costa e depois por Flavia Lima, que coordenou o primeiro programa de treinamento para profissionais negros, em 2021, ano do centenário da Folha. No ano seguinte, ocorreu o segundo treinamento para negros; Flavia Lima se torna secretária-assistente de redação para diversidade; e jornalistas se juntam para criar um Comitê de Inclusão e Equidade para diversidade na Folha, o que é endossado pela secretaria de redação⁶⁴.

No entanto, apesar dos esforços, nada é “preto no branco” e o jornal ainda é vacilante em relação às questões étnico-raciais, como foi o caso “Risério”⁶⁵. Em nome do pluralismo e da liberdade de expressão, em 2022, o jornal autorizou que o colunista Antonio Risério publicasse o texto “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo”, no qual compara e afirma que o movimento negro e a esquerda, sob o discurso antirracista, reproduzem projeto supremacista contra brancos, asiáticos e judeus.

A coluna, a direção e a Folha sofreram duras críticas nas redes sociais, de outros colunistas, como Silvio Almeida, Thiago Amparo e Gregório Duvivier. Em resposta, 208 jornalistas (incluindo-me) assinaram uma carta à direção, que foi vazada, expressando preocupação com conteúdos racistas veiculados no jornal em busca de audiência, não só na coluna de Risério, mas nas de Leandro Narloch e Demétrio Magnoli. Em resposta, Sérgio Dávila, diretor de redação, rebateu os profissionais, dizendo que os textos mencionados só tinha tido 1% da audiência total do período em que foram publicados e defendeu a liberdade de expressão ampla⁶⁶.

⁶³ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em 19.nov.2022.

⁶⁴

Disponível

em

<<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2022/05/jornalistas-da-folha-criam-comite-de-inclusao-e-equidade-para-diversidade-no-jornal.shtml>>. Acesso em 19.nov.2022.

⁶⁵ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>>. Acesso em 26.set.2022.

⁶⁶ Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/folha-e-acusada-de-veicular-textos-racistas-em-busca-de-audiencia.shtml>>. Acesso em 19.nov.2022.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar o caderno especial “Racismo Cordial”, produzido pela Folha de S.Paulo em 1995, e foi norteado pela seguinte pergunta: “como a Folha abordou as questões étnico-raciais em sua produção?”. Para respondê-la, antes, foi preciso percorrer a história que permeia a relação entre representação de pessoas negras pela imprensa brasileira, em especial a paulista, desde o final do século XIX até meados dos anos 1990.

Nesta jornada, observou-se que a imprensa paulista reflete a história brasileira, que tem suas raízes na escravidão de africanos e seus descendentes e no racismo, a herança colonial deixada mesmo depois da abolição. O olhar embranquecido às pessoas negras e às causas que este segmento da população reivindicava aparece nos grandes e pequenos jornais paulistas pelo menos desde o final do século XIX, ao veicular anúncios relativos à escravizados como objetos e, posteriormente, ao recusarem-se a veicular produções culturais negras, por exemplo.

Apesar do sistema de opressão inerente, observou-se nesta pesquisa também que as pessoas negras foram e são protagonistas das próprias narrativas. Seja cumprindo papéis essenciais para favorecer a abolição, seja discutindo políticas afirmativas, as movimentações negras sempre estiveram presente na história do país e não aceitaram de bom grado as opressões que lhes foram imputadas pela branquitude. Em São Paulo, um dos grandes exemplos estudados neste trabalho foi a Imprensa Negra Paulista, datada pela USP de 1903 a 1963. Nesse período, intelectuais e jornalistas negros juntaram-se para rejeitar suas representações nos jornais da chamada grande imprensa, recheada de estereótipos considerados racistas, e contar a história a partir de seus próprios pontos de vista.

Posteriormente, outro grande destaque observado neste trabalho foi criação do Movimento Negro Unificado e a instituição do dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como o “Dia da Consciência Negra”. Neste momento, observou-se também como o Movimento Negro passou a pautar a chamada grande imprensa paulista, que não conseguiu mais “escapar” das demandas das pessoas afrodescendentes de serem mais integradas à população brasileira, ocupando espaços e sentindo-se representadas nos mais diferentes lugares.

Tendo sido pontuadas e analisadas todas essas questões, surge o caderno especial “Racismo Cordial”, objeto de estudo desta pesquisa, produzido pela Folha de S.Paulo, jornal

centenário que é considerado um dos principais do país. Após analisar suas 16 páginas, levando em consideração manchetes, imagens, teor de reportagens, personagens e especialistas que foram escolhidos como fontes e, principalmente, levando em consideração a crítica do intelectual negro Milton Santos, a hipótese inicial de que as questões raciais teriam sido abordadas a partir de um olhar embranquecido, sem considerar as demandas negras, pela Folha confirmou-se.

Dentre os argumentos apresentados, as inúmeras críticas de Milton Santos à pesquisa do DataFolha, que originou o caderno, como: 1) grande erro em não diferenciar “racismo”, “preconceito” e “discriminação”; 2) usar frases no questionário que fomentam o preconceito contra negros, sendo uma pesquisa fundada nos preconceitos; 3) não era necessário quantificar o racismo no Brasil, uma vez que já haviam dezenas de teses que mostravam isso, além de não propor nada para ajudar a resolver a questão. Além destas críticas, a entrevista com Mauricio Stycer possibilitou traçar um desenho da redação da Folha naquele período, que era de maioria branca, e que não havia a preocupação de incluir mais profissionais negros na equipe. E, claro, a construção das páginas, onde se vê, por exemplo, ter mais espaço dado para uma diretora que teve comportamento racista do que a uma professora que sofreu com esse comportamento.

Para mim, autora deste trabalho, negra e nascida três anos depois da publicação do caderno especial da Folha, esta pesquisa foi particularmente enriquecedora, pois hoje compreendo e entendo muito melhor o cenário da imprensa brasileira em relação à representação das pessoas negras. Considero que este trabalho servirá de base para trabalhos futuros, meus e de outros acadêmicos e acadêmicas, para pesquisarem sobre o jornal e o papel anti-racista que este instrumento, seja impresso, seja virtual, pode preencher.

A partir deste estudo, é possível: analisar a evolução da cobertura jornalística sobre o racismo na Folha de S.Paulo (sugestão de pergunta norteadora: 27 anos depois da publicação do caderno, como a Folha mudou seu olhar sobre as questões étnico-raciais?); pesquisar a evolução na representatividade no corpo de jornalistas da Folha desde 1995 até o presente momento; comparar e analisar como evoluiu a cobertura jornalística sobre as questões étnico-raciais nos principais jornais do país. Como sugestão, comparar Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9mDtKNWqm5rszyjrhcHKDkN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 8.nov.2022.
- CERIGATTO, Mariana Pícaro. O jornal impresso como fonte de informação: a importância da formação de leitores críticos. In: **CIBES 2015: Congresso Ibero-Americano de Bibliotecas Escolares**, 2015. Disponível em: <http://fontes.marilia.unesp.br/index.php/cibes2015/CIBES2015/paper/view/25/2>. Acesso em 4.jun.2022.
- CORDIAL, Racismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25.jun.1995. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/racismocordial.htm>. Acesso em 4.jun.2020.
- COSTA, Hilton; DORIGAN, Micheli Longo. Criando Realidades: jornais e relações raciais segundo Lilia Schwarcz. **Revista NEIAB**, v. 2, p. 1-15, 2018. Disponível em: <<http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/4-1.pdf>>. Acesso em 13.nov.2022.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Movimento de consciência negra na década de 1970. **Educação em debate**, ano 25, v.2, n.46, 2003. Disponível em <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15183>>. Acesso em 16.nov.2022.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. Disponível em <[https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da Matta-O que faz Brasil Brasil.pdf](https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da%20Matta-O%20que%20faz%20Brasil%20Brasil.pdf)>. Acesso em 29.set.2022.
- DA ROSA, Isabel Cristina Clavelin. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, 2014. Disponível em <<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=18066496&AN=99950376&h=HWu4uNYehcrRGlffc7q5HpCtRqgrBZHkf51in%2FSeYM8unM OGjikN9UDgXc47Q1%2BTA%2FNP0RAJO3ollVPOY3dxCQ%3D%3D&crl=c>>. Acesso em 13.nov.2022.
- _____. A dinâmica das notícias sobre a temática racial negra no jornal Folha de S. Paulo. **Comunicologia - Revista de Comunicação da UCB**, v. 6, n. 2, p. 91-112, 2014. Disponível em <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/download/5280/3333>>. Acesso em 17.nov.2022.
- DA SILVA, Fabiana Vieira. Imprensa e práticas racistas: mobilização negra, Apartheid e violência nos jornais paulistas dos anos 1980. **Espaço Plural**, v. 14, n. 28, p. 39-62, 2013. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944241004.pdf>>. Acesso em 15.nov.2022.
- _____. Uma abordagem do racismo e antirracismo à brasileira nas páginas da mídia impressa dos anos 1980. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299879188_ARQUIVO_anpuhbrasilsulafrica.pdf>

>. Acesso em 16.nov.2022.

DE AZEREDO, Diana. Racismo e crítica jornalística nas colunas de *ombudsman* da Folha de S.Paulo (1989-2020). **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero**, p. 81-101. Rio Branco: Nepan, 2021. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Aquinei-Queiros/publication/353273321_Pesquisa_e_m_comunicacao_jornalismo_raca_e_genero/links/60f06a63fb568a7098b1d57d/Pesquisa-em-comunicacao-jornalismo-raca-e-genero.pdf#page=81>. Acesso em 18.nov.2022

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

DE OLIVEIRA LOPES, Leandro. Machado de Assis, a crítica e o jornalismo: o papel do jornal segundo a crítica machadiana. **Linguagens-Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 586-598, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2606-1.pdf>. Acesso em 4.jun.2022.

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 131-148, 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13606>>. Acesso em 18.nov.2022.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1963). **Revista Brasileira de História**, v.5, n.10, p.197-207, mar.-ago. 1985. Disponível em https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3609>. Acesso em 13.nov.2022.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

JANUÁRIO, Eduardo. Que olhar é este? Uma análise da opinião da Folha de S. Paulo sobre as Políticas Públicas de Ação Afirmativa (as Cotas) para negro nas universidades. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855455_61361a91a0fc7bc9705c315ed2e29c3e.pdf>. Acesso em 18.nov.2022

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, n 14, 1983. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/moura/1980/03/21.pdf>>. Acesso em 29.set.2022.

_____. **A sociologia do negro brasileiro**. Ática: São Paulo, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. – 1ª. ed. – São Paulo. Perspectivas, 2016.

NETO, Reginaldo Nascimento. Degenerescência étnica pela mestiçagem: fato ou ficção?. In: **Origem em revista**. 2018. Disponível em <https://origememrevista.com.br/edicoes/02/pdf/23-28.pdf>>. Acesso em 11.out.2022.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed., 2ª reimpressão. — São Paulo : Contexto, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/38681-A-arte-de-fazer-um-jornal-diario.html>. Acesso em 22.mai.2022.

NUNES, Ranchimit Batista. **Tentando entender a diferença: Por que afrodescendente e não negro, pardo, mulato, preto**. Revista África e Africanidades, 2013. Disponível em

<<https://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0050240082017.pdf>>. Acesso em 11.out.2022.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 3, n. 4, p. 31-42, 1998. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/download/904/859/2839>>. Acesso em 15.nov.2022.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Folha explica Folha**. São Paulo: Publifolha, 2012.

TAVARES, Quintino Lopes Castro. A afrodescendência no tempo-espço global-uma possibilidade a partir de Milton Santos. In: **III Conferência Anual Amílcar Cabral e Paulo Freire**, Assomada, 2012. Disponível em <https://www.academia.edu/download/31505930/a_afrodescendencia_no_versao_4_-_academia_edu.pdf>. Acesso em 18.nov.2022.

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura. **Casa-grande & senzala e o mito da democracia racial**. In: 39º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2015. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file>>. Acesso em 27.set.2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. Companhia das Letras, 2017.

STYCER, Mauricio. **Entrevista com Mauricio Stycer**. Entrevistadora: Anelise da Silva Gonçalves, 22.set.2022. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/18YSK0vEwYwpRVa05SVOMKUGaqOE9Y4Rd/view?usp=share_link>. Acesso em 18.nov.2022.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil**. 1995. São Paulo: Editora Ática.

ANEXO B - Página 4 “Detesto pau-d’água e crioulo”, diz médico

Especial-4 Domingo, 25 de junho de 1995 **INTOLERÂNCIA** **FOLHA DE SÃO PAULO**

53 é o número de boletins de ocorrência registrados neste ano na delegacia de crimes raciais de São Paulo

183 boletins de ocorrência foram registrados na delegacia de crimes raciais desde a sua criação, em junho de 93

‘Detesto pau-d’água e crioulo’, diz médico

Acusado vai até a delegacia, confirma a frase e diz ter ‘o direito de gostar de quem quer que seja neste país’

Da Reportagem Local

Um caso raro ocorreu em São Paulo no último dia 3 de abril. O médico Cláudio da Silva Lopes foi até a Delegacia de Polícia de Investigações sobre Crimes Raciais e confirmou: “Eu disse exatamente a coisa que eu mais detesto e pau-d’água e crioulo”.

Lopes, 68, prestou depoimento após ter sido chamado para o delegado. Enquanto aguardava, lia um jornal. Mas, na hora de confirmar os atos a frase que peres a acusação repetiu tal qual seu acusador havia relatado ao mesmo delegado.

O acusado é Daniel Correa, 28, vigia de um apartamento alugado em uma rua da zona sul, próximo ao Hospital de Criminosos.

Agora, alguns detalhes. E daí? A lei brasileira que trata de racismo não define uma punição a menos que o médico. “Eu vou voltar a trabalhar, no máximo, em um hospital”, garantiu o delegado.

hã nada no país que me obrigue a gostar de alguém. Se fosse assim, não haveria ódio: por lei, todo mundo seria obrigado a gostar de todo mundo”, disse.

Lopes não considerou errado para o não de alguém por causa da sua origem étnica. “Eu tenho o direito de não gostar. Você pode me obrigá a gostar de alguém? Onde há lei? Ou de sou ou de aquilo? Você não pode me obrigá a gostar de alguém”, disse.

O caso da frase que lhe rendeu um inquérito policial é simples. Lopes estava trabalhando. Serpenteo o vigilante Daniel Correa, em 18 de fevereiro passado, ele viu chegar ao pronto-socorro do hospital uma família trazendo a mãe para ser atendida.

Como foi falar o médico Lopes da chegada da enfermeira. Diz ter ido até a sala dela “por breves oportunidades”. E que só quando viu dois pacientes da mulher foi procurar a mãe que logo depois foi atendida.

Quando terminou de atender a doente, Lopes teria dito, dirigindo-se ao vigilante Correa: “A coisa que eu mais detesto é pau-d’água e crioulo”.

Daniel Correa, que é negro, reside na delegacia de crimes raciais. Quase um mês depois, em 27 de março, teve de prestar novo depoimento na delegacia de crimes raciais.

Repetiu o que já havia dito. E ainda disse que estava muito surpreso com o que o médico Cláudio Lopes disse a respeito dele.



Funcionários da delegacia de crimes raciais, em São Paulo

Na delegacia, ‘racismo’ quase sempre é injúria

Da Reportagem Local

O delegado de polícia Maurício José Lucas Freire, 36, ficou arrepiado quando viu a ficha de uma delegacia de polícia acusando alguém de racismo. “Eu não sei o que é racismo”, disse. “Quase tudo que aparece é injúria”.

Limitado no 13º andar de um prédio, Freire de posse de “a primeira delegacia de crimes raciais do mundo” — como o descrevem os seus responsáveis.

Neste ano, apenas 53 ocorrências foram registradas. Menos de uma por dia. Mas, exatamente, até hoje, são 183 boletins para cada Boletim de Ocorrência.

Não que os três delegados, três escrivães, oito investigadores, quatro agentes policiais e um de telecomunicações estejam executando mal os seus funções.

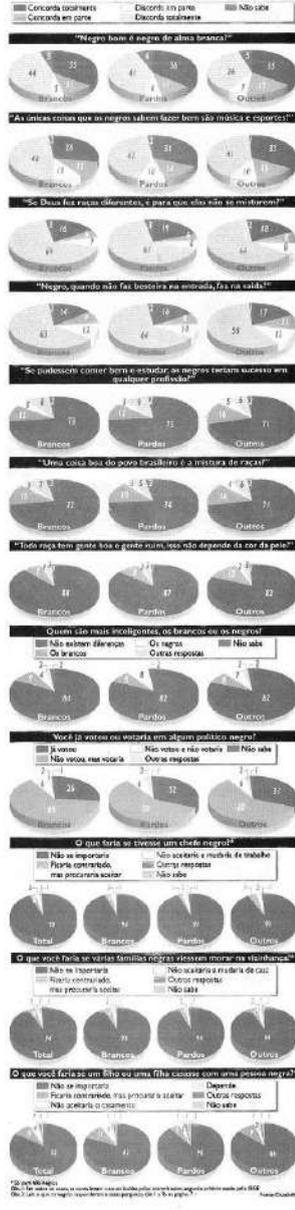
O problema da Delegacia de Polícia de Investigações sobre Crimes Raciais (tel. 011-227-1331) é outro: poucas pessoas aparecem ali com um caso real de racismo, e a maioria não quer falar.

“Muita gente vem na delegacia de crimes raciais e diz que não quer falar”, diz o delegado Freire.

A lei que vigorou desde a criação da delegacia em junho de 1993, de janeiro de 1989. Quase todos os seus artigos (reproduzidos nesta página) começam com dois verbos no infinitivo: “impedir”, “reparar” e “punir”.

No Brasil, parece a lei, sempre alguma coisa relacionada a um delito é crime. Racismo é crime.

AS PERGUNTAS QUE REVELAM O ‘RACISMO CORDIAL’ EM RELAÇÃO AOS NEGROS



8% dos brancos com 41 anos ou mais demonstraram muito preconceito contra negros

Seis dias depois de Correa, compareceu à delegacia de crimes raciais o médico Cláudio Lopes. Sua história é um pouco diferente da do vigilante.

Nagata, após, quando recebeu o chamado “pau-d’água e crioulo”, Lopes afirmou que o vigilante do hospital seria chamado uma pessoa “aparentemente alcoolizada”, a sua sala, logo o irmão.

“Tudo aconteceu, a delegacia de crimes raciais enviou um relatório para o Ministério Público sobre a denúncia”, disse.

Como Daniel Correa ainda não tinha sido chamado para o depoimento, Cláudio Lopes, o processo está aguardando em cartório. Há um prazo de seis meses para o depoimento.

Se o vigilante não se manifestar, não ocorrerá. E no máximo, será um caso de injúria — mas não de racismo. (Fernando Rodrigues)

A PONTUAÇÃO DAS 12 PERGUNTAS DA PAG. 2

Marque no quadrinho a letra sua pontua em cada pergunta

Pergunta 1	a) 2 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 5 pontos
Pergunta 2	a) 3 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 5 pontos
Pergunta 3	a) 2 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 5 pontos
Pergunta 4	a) 2 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 5 pontos
Pergunta 5	a) 3 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 2 pontos
Pergunta 6	a) 3 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 2 pontos
Pergunta 7	a) 3 pontos	b) a c) 1 ponto	d) 2 pontos
Pergunta 8	a) 4 pontos	b) 1 ponto	c) 2 pontos
Pergunta 9	a) 4 pontos	b) 1 ponto	c) 2 pontos
Pergunta 10	a) 3 pontos	b) 1 ponto	c) 2 pontos
Pergunta 11	a) 3 pontos	b) 1 ponto	c) 2 pontos
Pergunta 12	a) 3 pontos	b) 1 ponto	c) 2 pontos
TOTAL	412		

CÁLCULO

Some as suas pontuações em cada pergunta e divida por 12. O número que aparecer será a sua média. O resultado classificará em quatro categorias e mostrará a distribuição de cada uma delas em relação ao total de respostas das 12 perguntas.

Média	Não se importa	Discordo
0,00	Não manifesta preconceito nas respostas às 12 perguntas	7%
até 9,30	Manifesta um pouco de preconceito nas respostas às 12 perguntas	14%
entre 9,30 e 10,99	Manifesta um racismo médio nas respostas às 12 perguntas	47%
de 11,00 a 3,00	Manifesta um racismo forte nas respostas às 12 perguntas	32%

Conheça a lei sobre racismo

Da Reportagem Local

A seguir, extratos da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

Art. 1º. Fica punido, no Brasil, o crime de racismo, definido como qualquer conduta que se basear na discriminação de origem étnica ou racial, desde que haja intenção de ofender ou de prejudicar alguém por causa de sua cor ou de sua ascendência, raça ou aparência física.

Art. 2º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 3º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 4º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 5º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 6º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 7º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 8º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 9º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 10º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 11º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

Art. 12º. O crime de racismo é punido com as penas estabelecidas no art. 3º desta Lei.

ANEXO D - Página 6 "Demógrafa quer consulta sobre cor"

Especializê Domingo, 25 de junho de 1995

FOLHA DE S.PAULO

"Nas pesquisas que eu tenho feito, sempre optei por trabalhar com a categoria 'negros', juntando pretos e pardos"

Elza Berquó, demógrafa

"Sou filho de pai branco e mãe negra. Então sou negro"

Fernando dos Santos, 25, rapper

Demógrafa quer consulta sobre cor

Elza Berquó, do Cebrap, trata pretos e pardos como 'negros' por razão política

Da Equipe de Articulistas

Elza Berquó é uma das integrantes da equipe de três demógrafos que assistem o IBGE na elaboração do Censo brasileiro. Pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) em São Paulo, é especialista em demografia da população negra brasileira. Desempenha estudos sobre mortalidade infantil, fecundidade, família e saúde de raça negra.

Trabalhando também junto ao Núcleo de Estudos de População da Unicamp, que dirige durante 12 anos, Berquó realizou suas pesquisas a partir da concepção de que pretos e pardos seguem um mesmo caminho étnico, daí "negros, por uma questão de conscientização", embora ache necessário separar pesquisa de estatística.

A demógrafa reconhece que "marginais em estatística, devido ao privilégio de classificar negros". Acha "pobre" a classificação por raça do censo de 1991, porque aparece no formulário do Censo do IBGE, e não se opte a palavra "negro" seja usada por "moreno".

"Eu acho que a grande maioria vai se classificar como moreno, porque a população brasileira é muito misturada", conclui.

Elza Berquó recebeu a Folha em seu escritório do Cebrap, na Vila Mariana, zona Sul de São Paulo. (Marlene Felinto)

poesia nem a música tem o multicélio diluído chamado "mistagem de cores". As pessoas são morenos mais claros ou mais escuros.

Folha - A sua definição de categoria parte de suas pesquisas?

Berquó - Coloquei tudo como negro e não gosto dessa denominação porque faz sentido para mim e o branco é o referencial. No Brasil, como o preconceito e a injustiça social persistem mais a população negra, que está na base da pirâmide, são menos, na verdade em que tem uma certa ascensão social, tendem a se autolocalizar de mais claros, de brancos. Eu privilegio a categoria negra para privilegiar o peso sociocultural deste segmento populacional. A população que se autodeclara parte e muito pequena no Brasil, não chega a 5%. Quem se auto-identifica como negro tem uma consciência que é fundamental para o luto do movimento negro. O ideal seria se a gente pudesse ter brancos, afro-brancos, asiáticos e indígenas. Mas o IBGE ainda não tem essa classificação.

Folha - Por que o termo "afro-brasileiro" seria ideal?

Berquó - Porque, afinal, os negros são afro-brasileiros.

Folha - Mas os brancos italianos seriam então "italo-brasileiros" e os japoneses amarelos "nipo-brasileiros"?

Berquó - Tudo bem, ai eles que reivindicarem, se querem que assim seja. E preciso lembrar que há estudos de antropólogos brasileiros mostrando que, quando se usa uma classificação bem mais ampla, a proporção de brancos e de pretos diminui, porque as pessoas têm mais possibilidade de se colocarem. Agora vamos separar uma coisa que é a pesquisa e a militância. Para efeito de militância é fundamental a auto-identificação, porque isso significa uma tomada de consciência. Eu acho assim porque aprendi isso de alguns movimentos negros, com os quais convivo.

Folha - É importante fazer uma classificação por raça ou cor num Censo brasileiro?

Berquó - É importante fazer uma classificação por raça ou cor num Censo brasileiro, porque isso dá uma base para o planejamento e para o controle de políticas públicas. Não é importante que o IBGE utilize diretamente a autolocalização, a única válida, porque ninguém tem autoridade para impor a utilização de classificações.

Folha - O que a sua classe de autolocalização, no Censo, é o que você prefere a raça ou cor?

Berquó - Exatamente. No Censo, é o que eu quero de cor, ou de cor e de raça, e a pessoa se autolocaliza que como branca, parda, amarela e negra, como indígena, porque essa categoria não existia. Mas concordo com muitos pesquisadores e outros pesquisadores que acham que essa é uma classificação pobre. Como amarelo e indígena são minoria, a grande política é realmente a categoria parda. Ninguém na vida real se chama de pardo. Nem a literatura nem a



Elza Berquó, demógrafa

não tinham como ser aplicadas.

Folha - Na atribuição espontânea de cor, a maioria autodeclarou-se mestiça, apenas 6% dos entrevistados se disseram pardos. A maioria, 46%, se disse "moreno". A palavra "pardo" não teria uma carga semântica negativa a ponto de as pessoas não se reconhecerem nela?

Berquó - Pois é. O IBGE também tem consciência de que a questão não é simples. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1991 tem um exemplo disso. Mas ali a conexão foi altíssima. Houve conciliação em 94% dos casos.

Folha - Também nessa PNAD de 91 "moreno" foi a palavra que mais apareceu?

Berquó - Foi. E eu não tenho nada a ver com isso. Mas a experiência de várias pesquisas

populares em alguns contextos do Brasil, em geral, tendem por antropométrico, mostra que, quanto mais ampla é a possibilidade de identificação, mais as pessoas se sentem à vontade.

Folha - Qual a melhor maneira de resolver essa questão?

Berquó - Eu acho que devia ser feita uma consulta à população, para saber se ela prefere pardo ou moreno. E mais do que isso, talvez fazer isso. Essa pesquisa do Datafolha provavelmente será um elemento para ajudar o IBGE no próximo censo. Nós já estamos em 1995 e infelizmente ainda não temos a informação da população pela sua classificação por cor referente ao Censo de 91. Há uma complexidade muito grande, dos pesquisadores, dos movimentos, para ver como isso fica.

Em Defesa do Mestiço

MARLENE FELINTO

A pesquisa do Datafolha divulgada hoje revela que pelo menos 58% da população brasileira não sabe racista — o contrário do que dizem os Censos do IBGE, que sempre apontam o Brasil como de maioria branca (54%).

O erro do IBGE tem sido insistir em classificar como "brancos" os morenos que nascidos no Brasil. O órgão usa a terminologia desde 1940. De lá para cá, servia apenas para controle interno, para classificar todos aqueles que, no quesito cor da pele, não se identificavam com as categorias apresentadas (branco, amarelo e preto). A partir de 1961, passou a ser opção de rappers no formulário do Censo.

O mestiço, encerrado entre cores de pele que não correspondem à sua — além de pardo, opta-se hoje entre branca, preta, amarela ou indígena —, muitas vezes faz um x na branca, para dizer de "mestiço". É o resultado de um erro. Mas quem responde, então, pelo índice: a pele morena é mais negra ou mais branca? Por acaso essa pergunta faz sentido?

Não faz. O IBGE, cheio de boa vontade, resolveu responder, só que de uma maneira possível. "Pardo", em português brasileiro, tem carga semântica negativa. Significa "de cor entre o branco e o preto", mas também "de um branco sujo, dividido", segundo o dicionário Aurélio.

Ninguém quer ser identificado com essa palavra horrível, de conotação negativa, assim, o "branco sujo, dividido".

A pesquisa do Datafolha mostra que apenas 6% dos entrevistados se autodeclararam como pardos, enquanto a grande maioria, 46%, se apresentou como moreno, em suas diversas graduações.

A pesquisa interseccional (PNAD) realizada pelo IBGE em 1976 — era que o quanto mais cor foi formulado de maneira aberta pela primeira vez — tem resultados idênticos: "moreno" foi a palavra mais mencionada nas respostas.

A palavra "pardo" seria portanto substituída, no formulário do Censo, "pardo" por "moreno", ou qualquer outro termo com que a população se identifica.

O argumento do IBGE de que seria impossível a separação se os secessem "moreno", por conta das diversas graduações adicionadas à palavra (claro, escuro etc.) não convence ninguém. Só a pesquisa política. Porque que o Censo é feito por branco para branco. A conseqüência imediata de brasileiros e de mestiços é a redução do "boto de gatinho" ou "do lino", dos pardos, conforme define a demógrafa Valéria da Mota Lima.

É impossível assim aplicar uma metodologia a um termo que a população desconhece. Se ainda se divide a população em duas palavras, que se consiliam línguas e linguagens — é que não se consola o povo.

É preciso notar também que em nenhuma das pesquisas em questão aqui, os entrevistados responderam que são "afro-brasileiros", como querem certos intelectuais dos movimentos negro identificar a raça e seus descendentes.

Importada dos Estados Unidos, a expressão não encontra ressonância entre brasileiros. A única coisa que aqui encontrou foi a expressão e a expressão é Brasil, mas suas peculiaridades únicas. E Brasil não é África.

É preciso identificar o mesmo termo mestiço. Se ele não marca um x na cor preta, é porque sua pele não é preta. Ou somos todos cegos? Pelo não é questão de consciência. Pele e pele. É simples assim. Faltava se os negros não têm obrigação — nem moral nem histórica — de estar a cor de sua pele em favor de uma suposta "conscientização" de qualquer raça, negra ou branca.

Na verdade essa tendência a querer que o mestiço de negro com branco se autodeclara como negro (por uma questão de consciência) é por um lado, discriminatória, os brancos estão deixando de si tudo o que não é preto, amarelo, ou outro, revela a postura autoritária dos movimentos negro brasileiros, que, perdidos em discussões psicológicas e a sexualidade de Zumbi — ou o valor de constatações individuais — "reparações", a ser buscadas por tratamentos de escarificação, querem anteporizar muitas para sua luta equivocada.

Mestiço não é negro, muito menos branco. É mestiço, e é assim que deve ser tratado, como mestiço, com identidade própria, mestiço de uma raça com outra.

O erro que se adere logo o critério de classificação do rappers no Brasil, que se acha de vez o critério americano, existe na sua essência. Afinal, o IBGE não distingue cor de raça. Do jeito que o pesquisador, ninguém sabe direito que terminologia usar. Os textos e discursos dos especialistas no assunto estão cheios de exemplos de má vontade e da utilização indiscriminada desses termos.

Nos Estados Unidos, "o discurso de alguns é mais claro", diz a demógrafa Elza Berquó. Tratados de uma sociedade racista, em que praticamente não houve miscigenação, em que "o que não é a cor da pele não é sangue. A pessoa pode ter um pai branco, mas será negra se tiver pai negro, ou seja, sangue negro. São conceitos completamente diferentes".

Seria bom que no Censo de ano 2000, o serviço brasileiro assistisse seu processo o quanto rappers do formulário, substituído pardo por moreno ou mestiço, se não for essencial sobre sua própria cor, sua questão de pele.

POLEMICA NA MUSICA



Fernando, do chapéu, integrante do grupo Disciplina Urbana (à esq.), discorda de pagodeiros (à dir.) e acha que todo moreno é negro

'Não sou negro, sou marron-bombom'

Da Setorial do Rio

Fernando Pereira dos Santos, 25, o Nando, é do grupo de rap Disciplina Urbana, tem a pele clara, mas não admite discussões sobre sua cor de pele negro.

"Sou filho de pai branco e mãe negra. Então sou negro", conclui.

Para os negros cariocas, não há meio-termo. Branco é branco, negro é negro. Mestiços, morenos, marrons, bombom e furas demarcadas são uma tentativa de "embranquecer" a população.

"Fico envergonhado em saber que há negros que dizem ser marron. Eles denegam a nossa causa", diz Fernando Muxacki, 22, do

Realidade Social, derrapando no verso politicamente incorreto.

Muxacki quer mudar sua certidão de nascimento. Não está escrito que ele é pardo.

Que raça é isso? Eles falam tanto para não emburrecerem", diz Edwiges Lúcio Toledo, do grupo Damas do Rap, trabalhou no último Censo realizado pelo IBGE e cortou ter ficado espantada com a quantidade de pessoas que se classificaram como "moreno".

DJ Léo, um pateteo de 19 anos e parceiro de Muxacki no Realidade Social, também se auto-declarou como negro apesar da pele clara.

"Sou pobre, vivo na favela, as pessoas me olham de lado. Se so-

dro os mesmos preconceitos, então também sou negro", afirma.

Para os pagodeiros do grupo Os Morenos, o Brasil é um país moreno. Daí o nome do conjunto, que empalme nas paradas o hit "Marron-Bombom".

"Aqui tem de tudo. Se colocarmos no hipodermis, o que sai é o moreno", diz o percussionista Beninho Moreno.

"Não sou negro, sou marron-bombom. Brancos e negros gostam de ser chamados de morenos", afirma o vocalista Ezio San.

Na hora de responderem sobre o tema de suas peles, são unânimes: "somos morenos como todos os brasileiros". (Christina Grillo)

MARRON-BOMBOM

180 grupo Os Morenos

Morreu o povo. Depois de usar um termo Marron-bombom

Moreno você é do social. Não sei se sou negro, mas não sou

Tem mais um pouco de

Não sou negro. Sou marron-bombom

ANEXO E - Página 7 “70% dos negros estão empregados, mas a metade ganha até R\$ 200”

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 25 de junho de 1995 Especial-7

52%

dos homens negros apontam a discriminação no trabalho como o maior problema.

54%

das mulheres negras apontam a discriminação no trabalho como o maior problema.

70% dos negros estão empregados, mas a metade ganha até R\$ 200

TRABALHO

Eletrônico consegue na Justiça volta ao emprego

SILVIA QUEVEDO
Da Agência Folha, em Florianópolis

O técnico em eletrônica Vicente do Espírito Santo, 47, de Florianópolis, conseguiu na Justiça do Trabalho ser reintegrado ao emprego ao provar que sua demissão foi por “motivação racial”.

A sentença foi dada pelo juiz Alexandre Ramos, em janeiro passado. Mas Santo só reassumiu o cargo em março último, quase três anos após sua dispensa.

A Eletrusol (Central Eletrônica do Sul do Brasil), possui usin-

as em Santa Catarina, recorreu da decisão. O caso ainda está tramitando na Justiça.

Santo foi um dos 284 funcionários da Eletrusol demitidos em 1992, dentro da reforma administrativa anunciada pelo então presidente Fernando Collor.

Ele diz que tentou uma reunião com seus chefes para reverter a decisão. Mas não conseguiu, apesar de pedir ajuda ao gerente Leonardo Machado Fontes.

A reclamação por demissão foi uma frase infeliz atribuída ao engenheiro Vagner Palma de Oliveira: “O que esse crioudo quer mais,

agora que conseguimos colocar o departamento?”

A frase teria sido ouvida por colegas do técnico, que foram testemunhas no caso. Fontes não se recusa a comentar o assunto.

Olivera está hoje apontando do Eletrusol. Ele mora atualmente com a mulher em sua casa na cidade de Laguna, 140 km ao Sul de Florianópolis.

O supervisor nega que tenha praticado discriminação racial contra Santo. “Não sou racista. Tive uma secretária negra, que pesou por estotidez”,



Vicente do Espírito Santo, eletrônico que foi readmitido

AURELIANO BIANCARELLI
Da Reportagem Local

O mercado de trabalho e os bancos escudados estão perpetuando e ampliando o fosso sócio econômico que separa negros e brancos.

A suposta democracia racial aguçou no número de entrevistados do Datafolha que trabalham: 70% dos negros disseram que não empregam, contra 66% de brancos e 65% de pardos.

Um quarto dos negros tem carteira assinada, mais do que os 19% de brancos e pardos. A taxa de negros que lucra o primeiro grau não é muito diferente da porcentagem de brancos.

A maioria aparece no contracheque de pagamento. Dos 606 negros entrevistados, apenas 42 tinham renda familiar superior a 20 salários mínimos, ou R\$ 1 mil por mês. Corresponde a 7% do total de negros, porcentagem que passa para 19% entre os pardos e 17% entre os brancos.

Quase 70% dos negros e pardos estão na base da pirâmide onde a renda familiar fica abaixo de dez salários mínimos, ou R\$ 1 mil por mês. Metade dos negros que trabalham ganha até R\$ 200.

Across 24 dos 606 negros entrevistados chegaram a facilidade. Entre os pardos, apenas 5% passaram por um vestibular.

Ao ficar fora da escola, o negro corre o risco de vir futuro no mercado de trabalho. Para Carlos Hartzberg, 52, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, eles não estão conseguindo manter o padrão de vida que seus pais tinham conseguido.

Eletrusol nega demissão por discriminação

Da Agência Folha, em Florianópolis

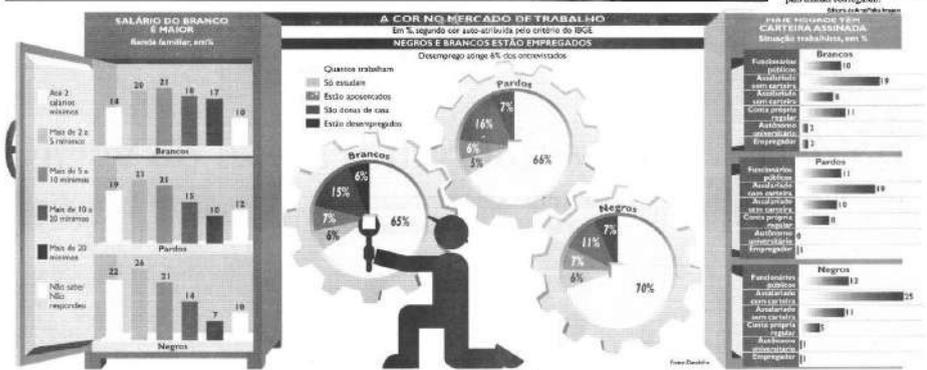
A presidente da Eletrusol, Cláudia Ávila da Silva, 41, disse que a acusação do juiz Alexandre Ramos não faz nada em função de racismo, mas por critérios que a empresa não poderia admitir em sua época.

na adotado “critérios técnicos” para fazer a lista de demissões em 1992. Ela afirmou que Santo não recebeu a atenção do técnico como “artificial”.

O gerente de recursos humanos, Gerardo Cordeiro, 41, disse que Santo foi demitido porque trabalhava em um setor que a Eletrusol decidiu abandonar.

O caso do técnico foi levado para a OIT (Organização Internacional do Trabalho), na Suíça, segundo João Carlos Nogueira, 22, diretor da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Nogueira afirmou que perigos da OIT virão ao Brasil em julho para apurar casos de discriminação racial no trabalho.



Brasileiros confirmam que a mulata é a tal

Da Reportagem Local

O brasileiro sabe que a mulata é a tal. Ela é considerada a “melhor de todas” pela maioria dos entrevistados. 32% do total, contra um percentual menor entre brancos (12%) e negros (13%).

Casado com Anselmo, branco de origem portuguesa, Conceição Simão, 39, sabe que é a resposta: “Acho que sou sexualmente atraente e esse foi um ponto forte da nossa proximidade”, diz.

Mas Conceição nunca se desce para pagar pelo astereotipo da mulata para conquistar não sabe dizer quem. “Por incrível que pareça, não danço samba. Adoro super bonito, super legal, mas não sei. Minha mãe sempre dançou, mas nunca dança super bem, mas eu não danço super bem, mas eu não danço super bem”, diz.

Seja beleza catuada, Conceição só foi descoberta há algumas horas, depois de enfrentar o divórcio.

“Eu não me achava bonita, vivia de não-de-cavalo e não estava nem bem. Meu tempo relaxa

Conceição Simão, que não sabe samba

eu muito minha feminilidade e a partir daí comecei a me arrumar mais”, diz Conceição, que trabalha como analista de sistemas.

A pesquisa Datafolha mostra que as mulheres preferem namorar ao que diz respeito à cor da pele. Caetana Daltra Brito, 32, não foge a uma regra após conhecer Antonio Luiz dos Santos, 38, com quem vive há sete anos.

“Sempre pensei que fosse casar com um branco. Meu padrão de beleza era nórdico: luto de olho azul. Quando conheci o Luiz, isso caiu por terra”, diz a ceramista Caetana.

Luiz, que já foi modelo em desfiles, disse que se sentiu atraído pelo porte atlético de Caetana e que não tinha preferência por brancas, negras ou mulatas.

Os dois, como casal misto, já foram ofendidos em restaurantes e outros lugares públicos. “Sou pacífico, não acho legal brigar ouxinger. Tem que ignorar um pouco e em alguns casos recorrer ao SOS Racismo”, ele diz.

(Fernanda Scalco)

MULATAS SÃO AS MELHORES DE CADA PARA
Em %, segundo as auto-avaliações pelo critério do IBGE

Cor	Melhor de cada	Outras
Brancas	12%	88%
Pardas	13%	87%
Negras	13%	87%

HOMENS NEGROS SÃO OS PREFERIDOS
Em %, segundo as auto-avaliações pelo critério do IBGE

Cor	Preferidos	Outros
Brancos	16%	84%
Pardos	16%	84%
Negros	16%	84%

Fonte: Almanaque Folha⁷¹

⁷¹ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo07.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

ANEXO F - Página 9 “Negros de sucesso contam como é ser ‘único’”

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 25 de junho de 1995 Especial-9

“Meu pai sempre dizia que meu sapato tinha que brilhar mais do que o das minhas colegas brancas”

Tereza Dias Lindolfo, pedagoga



“Minha mãe sempre dizia que se eu não estudasse não chegaria a lugar nenhum. É um chavão lá em casa”

Billy Castilho, diretor de comerciais

Negros de sucesso contam como é ser ‘único’

Conheça as histórias de oito pessoas que conseguiram vencer o preconceito e ocupam ‘profissões de brancos’

A FAMÍLIA



Alexandre Dias com a mulher, Silvana, e o filho Otávio; Tereza (à dir.) com o marido, João, as filhas, Cíntia e Tais, e a sobrinha Daniele

‘Minha irmã vê racismo até em janela’

Piloto diz que cor não é barreira; educadora gostaria que filha tivesse professor negro

Da Reportagem Local

O preconceito racial está presente na vida do piloto negro Alexandre Dias desde sua infância, mas há uma diferença fundamental entre ele e sua irmã. “Ela vê racismo até em janela”.

Essa diferença é facilmente notada no dia-a-dia das duas famílias. “Fico milímetro dentro de casa. Cultivo a auto-estima das minhas filhas. Como a história da Branca de Neve dizendo que era uma pretinha feia, uma estrelinha da noite”, diz Tereza.

“O que supera as barreiras é a capacidade do homem, não a sua cor”, replica Alexandre. Formado piloto profissional em 1973, Alexandre, 42, foi trabalhar em uma empresa de taxi aéreo em Curitiba. Um piloto negro da empresa, era também o único não autorizado a voar no melhor avião da companhia. Voltou para São Paulo, depois tra-

balhou na Taba (Amatôis) e na Rio Sul, antes de ser aprovado em um teste para a Varig. Depois da maior empresa de aviação brasileira, passou por vários estágios até chegar a comandante de Boeing 767.

Em 1985, ainda era co-piloto, quando uma passageira de classe executiva chamou de viajar na primeira classe. Depois de divorciar com as comissárias, a passageira levava a cabine de contatos para reclamar. Deu de cara com Alexandre e exclamou: “O quê? Um estorho sentado aí?” Era a caçula Eliana Pitman, negra.

“A melhor forma de enfrentar o racismo é ser superior a ele”, ensina. Casado com Silvana, que é branca, Alexandre tem um filho, Otávio, que soube ser astronauta. “As mulheres brancas que me interessavam só tinham interesse por brancos”, diz. Sua irmã Tereza, hoje com 37 anos, viveu um trauma pessoal quando tinha 14. Uma aluna negra em sua classe, foi também a única a tirar dez na primeira prova de francês. “Quando a professora chamou meu nome para entregar a prova, ela ficou chocada ao ver que a moça era de cor negra. A partir daí, começou a me perseguir.” Tereza precisou de dez anos e um curso de teatro para recuperar a con-

sciência de falar em público. “Na faculdade rompi o modo. Percebi que o racismo está presente em todos os momentos da nossa vida”, diz. Casado com um militante negro, o sociólogo João Lindolfo Filho, 37, Tereza soube com o dia em que suas duas filhas, Cíntia e Tais, terão professores negros. Em casa, as duas trazem com bonecas negras e recortam fotos de negros, em revistas estrangeiras, para os trabalhos escolares.

“Não basta dedicação ao trabalho. É preciso uma enorme capacidade de resiliência”, diz João defendendo o sistema de reserva de vagas para negros no trabalho e nas universidades. “Seria um tratamento diferenciado para quem sempre foi discriminado”, diz. João defende a tese de que as diferenças entre brancos e negros têm de ser profundizadas — e não acobertadas. “Para depois eles caminharem juntos, reconhecendo a diferença e respeitando um ao outro.” (MS)

gem de falar em público. “Na faculdade rompi o modo. Percebi que o racismo está presente em todos os momentos da nossa vida”, diz. Casado com um militante negro, o sociólogo João Lindolfo Filho, 37, Tereza soube com o dia em que suas duas filhas, Cíntia e Tais, terão professores negros. Em casa, as duas trazem com bonecas negras e recortam fotos de negros, em revistas estrangeiras, para os trabalhos escolares.

“Não basta dedicação ao trabalho. É preciso uma enorme capacidade de resiliência”, diz João defendendo o sistema de reserva de vagas para negros no trabalho e nas universidades. “Seria um tratamento diferenciado para quem sempre foi discriminado”, diz. João defende a tese de que as diferenças entre brancos e negros têm de ser profundizadas — e não acobertadas. “Para depois eles caminharem juntos, reconhecendo a diferença e respeitando um ao outro.” (MS)

MAURICIO STYCKER

Da Reportagem Local

Responda rápido: você conhece um ginecologista negro? A Folha fez essa pergunta a um assessor do Hospital das Clínicas e ele disse que, em 11 anos de trabalho no maior hospital da América Latina, nunca havia visto um médico — de qualquer especialidade — negro. Um dia depois, ele se lembrou que entre os 1.200 médicos do quadro do HC há um anestesista negro.

Você conhece um juiz negro? O espanto do assessor do Tribunal de Justiça de São Paulo diante da pergunta não foi menor do que o do assessor do HC: “Ih, acho que não tem!” Depois de algumas horas de pesquisa e consultas, ela descobriu que tem, pelo menos um, no 1º Tribunal do Jari.

Nesta página e na próxima, a Folha conta as histórias de oito pessoas que formam uma espécie de anomalia estatística, a dos negros que conseguiram ser bem-sucedidos em profissões e carreiras que, no Brasil, são exercidas quase que exclusivamente por brancos.

Por conta do preconceito e das dificuldades herdadas com a cor da pele, todos os oito personagens desta duas páginas exibem uma mesma característica: em algum momento de suas vidas se viram na situação de únicos: único negro da turma, único negro na empresa, único negro no topo da carreira...

A maneira como lidaram com essa especificidade varia, como mostra o Datarolhu. Quase todos rejeitam que se assegurem vagas no mercado de trabalho por meio de um sistema de cotas — e acreditam, talvez espelhados nos próprios exemplos, que o esforço pessoal é o caminho mais curto para o sucesso.

O DIRETOR DE ARTE



Castilho na cadeira de diretor do estúdio

‘Para dar certo, o jovem precisa jogar pesado’

Da Reportagem Local

Billy Castilho, 35, pretendia encontrar o seu curso de arquitetura com um trabalho sobre o designer alemão Mies van der Rohe (1897-1999), mas a ideia foi criticada por um professor. “Por que você não faz um trabalho mais ligado às raízes negras brasileiras?”

O único aluno negro daquela turma de arquitetura não gostou da sugestão e seguiu com seu trabalho. Mies van der Rohe. “O resultado é que alguns dos trabalhos muito mais fracos que o meu foram melhor avaliados. Abandonei o curso no último período.” A experiência foi marcante para o estudante. “Não me incomoda em ser o único negro da turma. Mas penso: onde estão os outros negros?”

Castilho mergulhou, então, no mundo da publicidade. Passou por todos os estágios, ao longo de mais de 60 comerciais, até se firmar como diretor de arte. Nessa função, suas parcerias com convênios de diretor a incluir um casal de negros num comercial do Kadett (GM).

Neste ano, chegou ao topo, ao dirigir a sua primeira comercial, para a grife Casill 27, exibido nos cinemas. Sua meta, agora, é fazer cinema. “Sempre que vejo uma situação de racismo, ignoro e continuo na minha. É uma forma de me impor mais ainda. O maior problema é abaxiar a cabeça”, ensina. De pais de Curitiba, que só fizeram o 1º grau, levaram os cinco filhos até a universidade. “Se um negro jovem trabalhar duro, ele vai dar certo. Mas precisa jogar pesado, trabalhar 16 horas por dia”, diz. (MS)

O EMPRESÁRIO



Vendedoras brincam de levantar o dono da loja, Antonio Benedito de Souza

Comerciante ensina que ‘é preciso ser melhor para ser igual’

Da Reportagem Local

Antonio Benedito de Souza, 45, tornou-se pela Fundação Getúlio Vargas, é sócio de uma loja no shopping Interlagos, tem dois carros, uma casa em São Paulo, outra na praia — e é negro.

Souza é filho de pai traçoista, mãe empregada doméstica e estudou com bolsa de estudos. Durante 13 anos, foi gerente da Levis Strauss — o único gerente negro entre pelo menos sete colegas. Foi escolhido pela Levis para ficar a loja de fábrica junto com dois outros funcionários. Uma se-

granda loja no shopping foi aberta tempos depois. Hoje, Souza tem 30 funcionários sob seu comando.

“Quando as pessoas são informadas sobre quem sou e o que faço, elas me tratam melhor do que tratam os brancos”, diz. Quando não sabem, o preconceito prevalece. “Se estou sozinho ou com meus filhos no carro, sou sempre parado pela polícia”, diz.

Aos dois filhos, ambos estudantes universitários, Souza costuma dizer: “Vocês precisam provar que são melhores para serem considerados iguais”. (AB)

Fonte: Almanaque Folha⁷²

⁷² Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo09.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

ANEXO G - Página 10 “Até réu tem preconceito contra juiz negro”

Especial-10 Domingo, 25 de junho de 1995

FOLHA DE S.PAULO

“Até fome passei para estudar. Houve época em que, para conseguir dormir, eu bebía água”

Nilton Santos Oliveira, único juiz negro do 1º Tribunal de Juri

OPORTUNIDADES

“Depois das dez da noite, não dá para negro andar na zona sul de São Paulo. A polícia para mesmo”
Camburão, integrante do grupo de rap Pavilhão 9

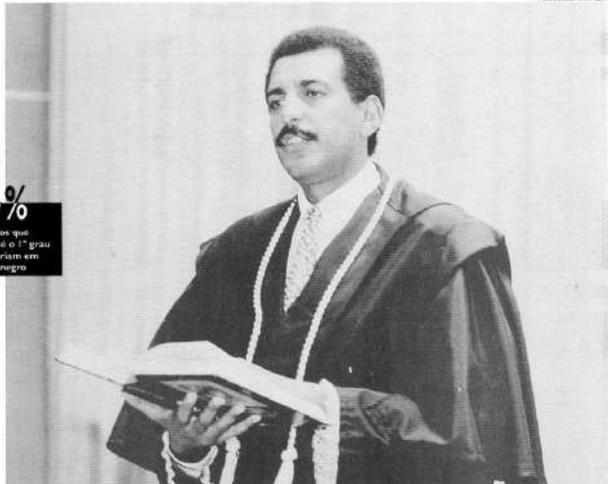
Até réu tem preconceito contra juiz negro

Nilton Santos Oliveira, do 1º Tribunal do Júri, diz que o excesso de preocupação com o racismo atrapalha

Da Reportagem Local
Até ir a julgamento, no plenário B do 1º Tribunal do Júri, em São Paulo, Roberto (nome fictício) só havia cometido um crime homicídio (para de 12 a 30 anos).
Ao explicar as razões da crime, começou um segundo: “Não gosto nem de juízes nem de pessoas de cor”, disse o réu.
Com um olho nos jurados e outro no juiz, o promotor Paulo Ferreira Lima explicou detalhadamente sua demonstração de preconceito do réu. Deu certo: ao fim do julgamento, Roberto foi condenado a 14 anos e 6 meses de prisão.
“Nem lembrei disso na hora de dar a sentença. Estava acostumado”, diz Nilton Santos Oliveira, 37, único negro entre os 11 juizes do 1º Tribunal do Júri.
Entrar “acostumado” significa ouvir diariamente pessoas entrando em sua sala, olhando para ele e perguntando: “Onde é a sala do juiz?” Ou: “Você viu o juiz?” Ou: “O juiz já chegou?”
Oliveira tem por hábito responder: “Eu sou o juiz”. Essa frase costuma ser dita com tomada naturalidade que, inversamente, provoca uma mesma reação: “As pessoas falam com a cara no céu. O que me deixa feliz”, diz ele.
Quando era juiz em Caraguatatuba, no litoral de São Paulo, Oliveira com frequência era parado na estrada por policiais rodoviários impressionados com o fato de um negro dirigir um Monza do ano.
Em uma ocasião, o desconhecido policial não ficou satisfeito em verificar os documentos do prazo. Pergunta a ocupação de Oliveira: “Sou juiz”, respondeu, para ouvir uma réplica irredutível do policial: “Isso é favela!”

Nascido em Prado, na Bahia, filho de um lavrador e de uma dona-de-casa, Oliveira foi o único entre os quatro irmãos da família a conseguir um diploma superior.
Ames, no Bahia, foi engrate, jornalista, office boy. Em São Paulo, enquanto estudava direito à noite em uma faculdade particular, trabalhou como bancário e depois foi escrevente de Justiça.
Formado em 1985, fez vários concursos, entre os quais para juiz. Em 91, depois de exercer a advocacia por alguns anos, foi nomeado juiz em Caraguatatuba.
Como outros negros de classe média que conseguiram superar barreiras sociais e econômicas, Oliveira acha que o estereótipo é uma das principais chaves do seu sucesso.
“O preconceito incontrolado, mas não me impede de agir com naturalidade. O excesso de preocupação com o preconceito pode atrapalhar: se eu não pensasse assim, não seria feito nada.”
Divorciado de uma mulher branca, está se preparando para casar com uma mulher negra. “A única diferença é que as pessoas brancas que namorei tiveram mais oportunidades na vida.”
Oliveira é contra um sistema de reserva de vagas para os negros no mercado de trabalho: “É melhor o preconceito ser velado do que explícito, como é nos EUA”, diz o juiz. (Maurício Steyer)

4%
dos negros que estudaram até o 1º grau nunca votaram em político negro



Nilton Santos Oliveira, único juiz negro do 1º Tribunal do Júri (SP), lê o Código de Processo Penal, durante julgamento

O ADVOGADO



Cândido Júnior, presidente da OAB-MG

Presidente da OAB-MG é confundido com porteiro

Da Agência Folha, em Belo Horizonte

Presente na posse de Sepúlveda Peres na presidência do STJ (Superior Tribunal Federal), o presidente da seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), Raimundo Cândido Júnior, mais uma vez teve o direito de ser confundido com um profissional muito menos qualificado do que é.
“Alguns hóspedes do hotel onde me instalei, em Brasília, me confundiram com o porteiro. Isso ocorreu também em shopping. Outro dia, sai da OAB dirigindo meu carro e uma pessoa me perguntou se onde eu trabalhava precisavam de outros momentos”, conta.
“Um dia negro a presidente uma OAB regional, Cândido Júnior é também procurador da República do Estado. No meu opinião, o preconceito contra o negro deve ser enfrentado e denunciado, mas, ele sempre nunca se abateu com os casos de que foi vítima. “Aprendi com meu pai que era professor de direito e chegou a presidente da OAB-MG a tira de letra de preconceito”, diz.
Alguns advogados mineiros tiveram a oportunidade de expressar o que pensam de um presidente de entidade negro na última eleição de Cândido Júnior (ele está em seu segundo mandato). “Em algumas poucas ocasiões exerceram ‘crônico salado’”, disse que no Brasil não existe preconceito e preferiu escolher a palavra “salado”, afirmou. (Hélio Zolli)

O RAPPER



Camburão (esq.) com os colegas do grupo Pavilhão 9, que não mostram a cara em fotos

Racismo leva músico a se chamar Camburão

Da Reportagem Local
O negro Claudiano Silva Freitas descobriu sua mente uma unidade no preconceito racial que sofre desde a infância.
Ao ingressar na carreira de cantor de rap, Freitas resolveu adotar o nome artístico de Camburão — uma “denotação” às dez vezes em que foi chamado aos pais e avós, de camburão, “para as crianças” a infância de São Paulo.
Integrante do premiado grupo Pavilhão 9 contra “homossexual”, essa ano 111 juroes zentes pela polícia em abril do ano.
Camburão acha que o rap é a forma ideal de denunciar o racismo no Brasil.
Uma racista, frisa o músico, que também é praticado por negros: “A mãe alegre de um negro falando (PM) ou cores celular é sua de negro pobre. Não sei dos negros”, diz.
O Pavilhão 9 acaba de gravar o seu segundo CD, “Preconceito: Vivos no Morto”, lançado pela pequena gravadora Paradoxo. “O chefe lá é branco, mas não tem problemas com ele”, diz Camburão, um dos artistas brasileiros negros da gravadora.
Ans 21 anos, Camburão está

O VEREADOR



Vital Nolasco em um auditório da Câmara

Mulato afirma ser negro por uma questão política

Da Reportagem Local

A rigor, o único vereador negro da cidade de São Paulo, o comunista Vital Nolasco, é mais mulato do que negro. “Mas se a realidade não é essa de negro, por que não vamos dizer que somos?”, diz.
Para Nolasco, militante do PC de B, o racismo é um problema político. “A ideia do branqueamento da raça é muito forte. Minha mãe dizia para os filhos: ‘Você tem que casar com branco para apurar a raça’”, diz.
Nascido em Itaipu, em Minas Gerais, há 48 anos, em uma família de baixa renda, conseguiu se formar em contabilidade (ível técnica). “Mas não armava emprego. Se conseguia trabalhar como office-boy”, conta.
Voto para São Paulo em 1989. A militância no grupo Ação Popular (AP) o levou a trabalhar em fábricas, onde viveu clandestino — constata que os negros “lutavam” na carreira muito mais que os brancos.
No AP conheceu sua mulher, Maria Ester, branca, mas também uma militante dos direitos dos negros: “O negro precisa se valorizar mais. Ele não se impõe. Tem medo de ser negro”, diz ela. (MSY)

ANEXO H - Página 11 “Metade dos negros diz concordar que ‘negro bom é negro de alma branca’”

FOLHA DE S. PAULO Domingo, 25 de junho de 1995 Especial-11

10% dos negros que estudaram até o 1º grau acham que os brancos são mais inteligentes

42% dos negros concordam que a única coisa que os negros sabem fazer bem são música e esporte

Metade dos negros diz concordar que ‘negro bom é negro de alma branca’

QUAIS SÃO AS IMAGENS QUE OS NEGROS TÊM DAS MULHERES NEGRAS?

Resposta múltipla, em %	
Homens	Mulheres
22	20
22	12
14	23
15	10
4	7
3	4
2	1

QUAIS SÃO AS IMAGENS QUE OS NEGROS TÊM DOS HOMENS NEGROS?

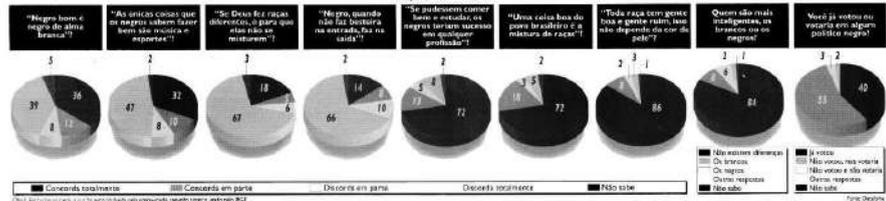
Resposta múltipla, em %	
Homens	Mulheres
24	21
22	21
22	21
4	20
5	5
9	5
4	2
4	1
4	1

1% dos negros com até 7º grau associam mulheres negras à desigualdade

15% dos negros com nível superior associam mulheres negras à desigualdade

37% dos negros com até 7º grau associam homens negros com discriminação

AS PERGUNTAS QUE REVELAM O “RACISMO CORDIAL” DOS NEGROS EM RELAÇÃO AOS PRÓPRIOS NEGROS



Reitor negro diz que entrave é econômico

HÉLCIO ZOLINI
Da Agência Folha, em Belo Horizonte

O reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Helcio Zolini, 51, lamenta o reduzido número de negros, estudantes e professores, nas universidades brasileiras.

“Sou o único negro a dirigir uma universidade federal no Brasil. E é também vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, órgão que reúne 53 entidades.

“Para ele, no Brasil, a discriminação racial “menos” na cor e “mais” no poder econômico.

“O reduzido número de negros nas universidades, segundo ele, não se deve a um preconceito das instituições. “Tanto que sou reitor eleito pela comunidade”, diz.

“Para o reitor, a universidade não tem a intenção de recrutar os negros porque o mecanismo de ingresso para professores, estudantes ou funcionários é rígido.

“O ingresso é pelo mérito das pessoas que prestam concursos públicos. O problema está em que os negros têm condições de participar desses concursos”, diz.

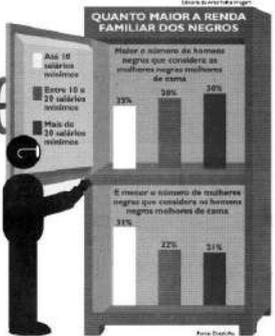
“Mas ele é preciso reconhecer a contribuição da raça negra para a formação da cultura e para a sustentação do país.

“Incluir a população negra nos benefícios sociais e econômicos é abater um pouco a dívida que o país tem para com ela.”

Santos é formado e doutorado em Física e Biologia na UFMG. Tem pós-doutorado em imunologia no Instituto Pasteur, em Paris (França).

Filho de uma farmacêutica paranaense, estudou em escolas públicas na Bahia e em Belo Horizonte.

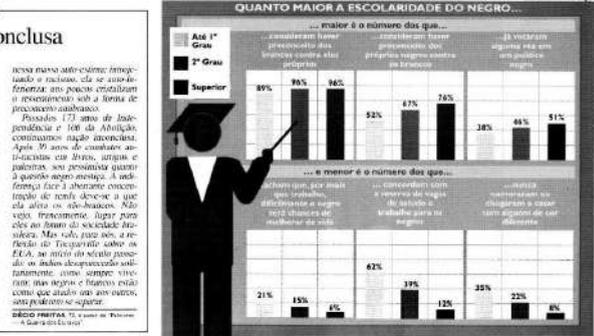
Casado com uma mulher branca, ele diz que isso sempre chamou a atenção das pessoas. “Formamos um casal bicolor!”



BRASIL, UMA NAÇÃO INCONCLUSA
DÉCIO DE FREITAS

Oble-se a cara deles: arranhados de dentes, membros de nas, rebolado de pernas, cabelos de sapateiros, sobrancelhas, malandragem. Fingem os mais inteligentes dentro todos os estudantes: em cima, a massa de pilas de Brasil. Ou na quase totalidade são não-brancos, ou, por outra, negros e mestiços. É o último termo designando a simples preferência pigmentar entre o branco e o negro. De olho nele, no seu contínuo e involuntário, sabemos, como os outros sabem, que o negro é o único brasileiro que não tem o direito de ser tratado como brasileiro.

A cultura brasileira se constitui numa mistura que durante muitos anos permitiu, de fato, pelo menos, a todos os brancos e mestiços a ideia de um país. A independência brasileira, a independência não do Brasil, mas do Brasil, a ideia de um país que não tem o direito de ser tratado como brasileiro.



Fonte: Almanaque Folha⁷⁴

⁷⁴ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo11.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

ANEXO I - Página 12 “Negro nordestino conquista espaço do branco só na hora da autópsia”

Especial 12 Domingo, 25 de junho de 1995 FOLHA DE S. PAULO

“Para os brancos, todo agrupamento de negro que passa de cinco pessoas é quilombo”

Joana Mota, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado



“A favela parece uma cidade africana com todas a tonalidades de negros”

Inês de Andrade, enfermeira negra

Negro nordestino conquista espaço do branco só na hora da autópsia

JOÃO BATISTA NATALI
Escritor e jornalista

Uma entidade especializada em direitos humanos, o Centro de Cultura Luiz Freyre, constatou que, das 1.378 pessoas assassinadas na Região Metropolitana de Recife no ano passado, só 173 eram brancas.

As demais foram autopsiadas pelos legistas como sendo negras, pardas ou morenos.

Isso mostra que os não-brancos são objeto de violência de forma desproporcional a seu peso demográfico, e que por três desse fenômeno pode estar um indicio de racismo.

Foi ainda no Nordeste que o Datafolha registrou a maior porcentagem de pessoas que admitem abertamente ter preconceito de cor (17%, contra 8% no Sudeste, índice menor).

O Nordeste é também a região em que o menor número de entrevistados brancos (8%, contra 15% entre os brancos do Sul e do Nordeste-Centro-Oeste) não manifestou qualquer racismo implícito.

Traça-se, no caso, de concordar ou não com determinadas afirmações de conteúdo discriminatório que o pesquisador submete ao entrevistado.

Mesmo assim, numa cidade como o Recife —com alta incidência de respostas racistas à pesquisa—, a impressão superficial é que subsiste uma ampla harmonia racial.

Não há atentados de “skinheads” contra os negros nem grupos de brancos organizados para manter, pela força, sua hegemonia econômica com raízes no período colonial.

Em termos estatísticos, no entanto, as sociedades branca e não-branca estão nitidamente dissociadas. A Comissão de Defesa da Cultura Afro-Brasileira, instalada na Câmara Municipal de Recife, descobriu que eram negras 86% das pessoas assassinadas entre janeiro e março de 1991.

Por sua vez, o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicava em 1990, no Nordeste, que os brancos adolescentes ou adultos sem instrução eram 27%, enquanto entre os negros essa cifra subia para 46%.

O sociólogo e escritor pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) acreditava que a distinção nítida das raças havia cedido lugar a um Brasil miscigenado.

Para as esquerdas, por sua vez, a distinção racial se equaciona de tal forma que o negro passou a ser visto como vítima da discriminação apenas por ser pobre.

A militância negra nordestina se contrapõe a esses dois discursos e diz representar a especificidade do brasileiro oprimido em razão da origem africana e da cor da pele. Mas ela perdeu o pouco do espaço que havia conquistado nos anos 80.

Nas relações do dia-a-dia, o racismo no Nordeste é eufêmico, diluído. Não gosta de assumir o próprio nome.

PRECONCEITO MANIFESTO SEGUNDO AS REGIÕES DO PAÍS

Em % segundo cor auto-atribuída pelo entrevistado do IBGE



PRECONCEITO É ALTO NO NORDESTE

Em %

Admitem ter “muito” preconceito



Manifestam preconceito em muitas ocasiões



Acham que os negros são mais inteligentes que os brancos e negros



NORDE-CENTRO-OESTE É MENOS INTOLERANTE

Em %

Nunca votaram num político negro



SUDESTE É MAIS CORDIAL

Em %

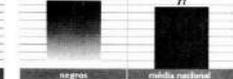
Dizem que não há diferença de inteligência entre brancos e negros



AUTO-ESTIMA DO NEGRO DO SUL E ALTA

Em %

Mais negros estão satisfeitos com a própria aparência física



Dizem não ter problema por causa da cor



A primeira coisa que vêm dos negros é por isto pessoas igual as outras



Mais negros dizem ter dificuldades de acesso à escola/cultura



A enfermeira e escritora de livros infantis Inês de Andrade, com o filho Yvorbá. 16, diz que na favela a sexualidade é 'refúgio'

Mulher negra perde fertilidade mais cedo

Do enviado especial a Recife
Inês de Andrade, 49, é enfermeira e escreve livros infantis em que aparecem Otonum, Obatalá e outras divindades africanas.
Seu filho, Yvorbá, 16, é um de seus leitores, mas não é esse o ponto de partida em que sua prioritariamente essa militante que participou em 1976, em Pernambuco, da criação do Movimento Negro Unificado e depois, de uma entidade cultural, o Centro Solano Trindade.
Inês de Andrade coordena um programa de orientação sexual de um grupo de 40 adolescentes na V-9, favela no município de Olinda, na Região Metropolitana de Recife.
“A favela parece uma cidade africana, com todas as tonalidades de negros. A existência é batizada e o sexo é praticado como refúgio”, diz ela.
Ao lado da maternidade a partir dos 13 anos, de como contraponto à lapaçular (revelação) após dos 20.
Pernambuco, diz ela, possui índices de mortalidade de mulheres em idade fértil.
Como mulher negra e também mulher pobre, a política de controle da natalidade acaba sendo uma forte vertente racial, são bem maiores as chances estabelecidas de uma mulher branca pernambucana fértil até a menopausa.
O grupo de Inês de Andrade também articula ações entre mulheres das seis comunidades negras do município pernambucano que provavelmente são remanescentes dos antigos quilombos.

⁷⁵ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo12.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

ANEXO J - Página 13 "Marlene foi escravo dois anos em Recife"

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 25 de junho de 1995 Especial-13

"Meu pai costumava dizer aos seus alunos negros que eles deveriam se contentar com o segundo lugar"
Moacyr Gomes, médico negro



"Acho que vou me casar e com uma gringa, porque há fora se dá mais valor ao negro"
Sebastião Borges da Silva Filho, capoeirista negro

Marlene foi escrava dois anos em Recife

Inquérito na delegacia do bairro de Espinheiro confirma maus-tratos físicos; a ex-patroa não dá sua versão



Marlene tem o rosto e os braços cobertos de cicatrizes; no destaque, a casa em que permaneceu em prisão domiciliar

Do enviado especial à Recife

Marlene Maria Lino da Silva, 20, trabalhou por dois anos para uma patroa que não pagou uma única vez seu salário.

Espancões, queimou sua pele com óleos ferventes e não permitiu, por todo esse tempo, que ela saísse à sua ou telefonasse para alertar a família ou a polícia sobre sua detenção em cárcere privado.

É sua versão dos fatos. Seu jeito acobertado e simples leva a crer que ela fala a verdade.

A Folha tentou entrar em contato com Marlene, mas ela não quis falar.

Marlene conseguiu escapar no dia 16 do mês passado. O inquérito policial corre no distrito de Espinheiro, um bairro de classe média em Recife.

O delegado João Veiga afirma que Marlene, uma negra, foi vítima de escravidão.

Em seu primeiro depoimento à polícia, Linduarte negou ter tido nada a ver com o movimento da empregada.

na Paraíba. Nasceu no interior de Pernambuco, estudou até a quarta série e teve seis irmãos.

Afirma com simplicidade que se graduou profissionalmente se trabalhasse numia lanchonete no Rio.

Linduarte, diz ela, dava-lhe de cozer feijão e uma salada por dia. Mentira ou verdade é irônico só quando já estavam corrigidos.

A rotina dos dois anos de cárcere foi, em sua versão, assustadora: permanecia num quarto de depósito no fundo do quintal, e só era autorizada a entrar na casa para os serviços de limpeza, sempre em companhia da patroa.

Essa história que se Marlene fugisse seria contestada com críticas contraventoras e apatia da polícia.

Apatiar por apatiar, Marlene ficou com o algarz mais familiar. Não assistia à televisão e só via a primeira edição de notícias em notícias micas de sua irmã, em Igarassu subúrbio de Recife.

Seu rosto, seus braços e seu pescoço estão cobertos de cicatrizes irregulares, como se fossem marcas tribais de algum ritual de iniciação que não obedecia a nenhum princípio de geometria.

Cada cicatriz tem sua pequena história. Uma delas foi a bexiga de flegidema. Uma outra foi gordura de uma panela.

Nas costas, uma vértebra foi deslocada pela arma que dia na levado — obrigada a ficar de quatro no chão — com um martelo de cozinha para amaciar bife.

"Sei os senhores de andar de bicicleta", confessa Marlene, com um sorriso mais para o de uma criança que sofreu.

O SORVEITEIRO



Francisco é servente desempregado e vendedor de picolé

Para Francisco, o racismo não conta

Do enviado especial à Recife

Francisco dos Santos, 52, é negro, servente de padaria desempregado e vendedor de picolés na calçada do cemitério de Santo Amaro, em Recife.

Nunca estudou e acha que já passou da idade para se alfabetizar. "Cavalão velho não pega mais passada".

Mesmo assim, um, formulou com precisão as ideias racistas que possui sobre a questão racial.

Não acredita que foi em razão da cor da pele que acabou marginalizado no mercado de trabalho. "É porque as coisas estão mesmo difíceis e acaba ficando de fora quem tem pouca leitura", afirma.

Sua ex-mulher, de quem se separou há dois anos, era casada, e

se resolveu casar novamente, ele diz com convicção que a cor da pele não estava entre os critérios de escolha.

"Se ela foi discriminada, tanto faz que seja morena ou não", diz ele, usando a palavra morena como sinônimo de qualquer raça que não seja o branco.

Como parceira sexual, no entanto, a morena é a sua ser bem melhor que a branca.

Também diz que, caso nascesse de novo e tivesse a possibilidade de opção, não gostaria de ser branco porque a negritude lhe cai muito bem. Além disso, "aquele orgulho é Deus". Francisco é resignado. Ganha de R\$ 3.000 a R\$ 3.500 por dia, o que para ele "já está muito bem"; tem casa própria e não precisa pagar aluguel e, dos seus filhos, quatro já estão casados.

O MOTORISTA



José Martins das Neves é taxista em Recife desde 1951

Martins só gosta de "preto educado"

Do enviado especial à Recife

José Martins das Neves, 71, é branco e um dos motoristas de praça mais antigos de Recife. Está no ramo há 44 anos.

Diz não ter nenhum preconceito contra os negros. Mas a questão racial é um minuto contraditória nas frases que se sucedem em seu descontraído e bem-humorado discurso.

Um exemplo: um mês de referências ao companheirismo entre seus colegas de praça, no centro da cidade, afirma ser muito amigo de um deles, que é negro, porque se trata "do fundo de um preto-branco".

É uma maneira sutilíssima de dizer que, por trás da aparência negativa do preto, há um conteúdo espiritual positivo.

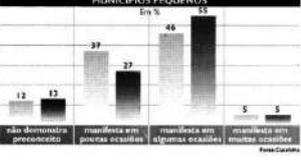
ne. "É o preto branco porque é preto educado".

Martins das Neves é viúvo e tem seis filhos. "Um deles, Antônio, casou-se com uma 'loqueira escura', e que — diz ele com convicção e, portanto, sinceridade — não representou em absoluto algum um problema.

Diz três vezes que era filho de Deus, "divos são escravizados como a raça", mas o motorista esboça um gesto indignado ao ser indagado se há alguma preferência para um tratamento diferenciado.

Mas ele volta a usar a expressão "preto-branco" ao falar de um veículo e amigo de 16 anos. É só em uma segunda frase definitiva e sem ambiguidades: "Negro que em junho mesmo é só o São Bonifácio e o Pé".

PRECONCEITO SEGUNDO O MUNICÍPIO



Cidade menor também tem racismo

Do enviado especial à Recife

Uma das suposições correntes é que o preconceito racial é menor nas cidades pequenas, em razão da convivência mais próxima entre as pessoas.

Mas o Datarlab constatou que isso não é verdade. Moradores de municípios pequenos demonstram um sentimento racista em proporção quase idêntica à verificada em municípios médios e grandes.

Uma exceção: entre os entrevistados brancos, a mesma porcentagem (5%) demonstrou muito preconceito — em cidades grandes e pequenas — ao ser indagada se concordava ou não com certas afirmações abertamente racistas.

E ainda: nos municípios de diferente porte, varia em apenas três pontos percentuais a proporção dos negros que não manifestaram nenhum sentimento racial, seja em relação a si próprios (ao acreditarem que são inferiores) seja em relação aos pardos e aos brancos.

Essa constatação apresenta, como exceção, o caso dos entrevistados brancos que não apresentaram nenhum preconceito.

Nas cidades grandes (17%), eles são mais numerosos do que nas cidades médias (14%) e, nestas, também em número maior do que nas cidades pequenas (12%). Não são cifras que permitam, de qualquer modo, inferir variações atípicas de preconceito racial.

ANEXO K - Página 14 "Ex-favelado é empresário e milionário"

Especial-14 Domingo, 25 de junho de 1995

FOLHA DE S. PAULO

"Se o negro não fala da discriminação, é porque é complexado, e se fala, é porque é um metido"

Adson Carvalho, empresário negro



"A sociedade civil está passando por uma crise de mobilização, e o Movimento Negro Unificado não passou inólume"

Mônica Alves de Oliveira, militante do MNU

Ex-favelado é empresário e milionário

Adson Carvalho possui em Recife uma empresa de informática que deve faturar neste ano US\$ 100 milhões

Do enviado especial a Recife

Adson Carvalho, 58, entrou num concessionária para obter informações sobre um automóvel Mercedes 300 E. Mas o vendedor lhe perguntou se, em lugar do carro, não era um caminhão que ele em verdade desejava.

Semanas atrás, à entrada do hotel Sheraton Motari, em São Paulo, um hóspede um tanto amigável baixou-lhe no ombro e indagou-lhe se eram bem pagos os motoristas de limusine.

Adson jamais chafurou quem quer que seja, possui sua própria Mercedes de US\$ 140 mil e gosta de comprar em breve um jatinho. Nos dois episódios, foi assimulado a alguém humilde simplesmente porque é negro.

Sua empresa de informática, a IT (Interacional de Tecnologia), tem para 1995 uma previsão de faturamento de US\$ 100 milhões. É especializada em serviços de transmissão de imagem digitalizada.

Instalada por equitativo no centro de Recife, ela poderá se mudar dentro de pouco mais de um ano para um prédio com 15 andares repletos de máquinas e enfiteusado, no topo, com uma esfera metálica de 15 metros de diâmetro. Vai se chamar Adson Tower.

Adson Carvalho é provavelmente o mais rico dos negros brasileiros. Nasceu numa favela em Belem (PA), ficou orfão aos 3 anos e foi criado por um tio sapateiro.

Trabalhou como auxiliar de escritório da Panair do Brasil (uma empresa aérea) e, quando nos anos 60 ele quebrou, ele, estudante de engenharia em Recife, prestou concurso e entrou para a IBM.

Criou sua própria empresa em 1975. Ela possui filiais em São

Paulo, Santiago do Chile e Atlanta, nos Estados Unidos.

Os mal-entendidos raciais são frequentes em sua rotina, mas Adson Carvalho diz que dificilmente se deixa abater por causa deles.

Sua relativa bonança, nessa questão dolorosa para os negros mais pobres, fundamenta-se no discurso do self-made-man.

"Sou contra qualquer marca de desdém e não concordo com os movimentos que estimulam o conflito. Se eu tivesse tempo para milhar, participaria de algum grupo comunitário", diz ele.

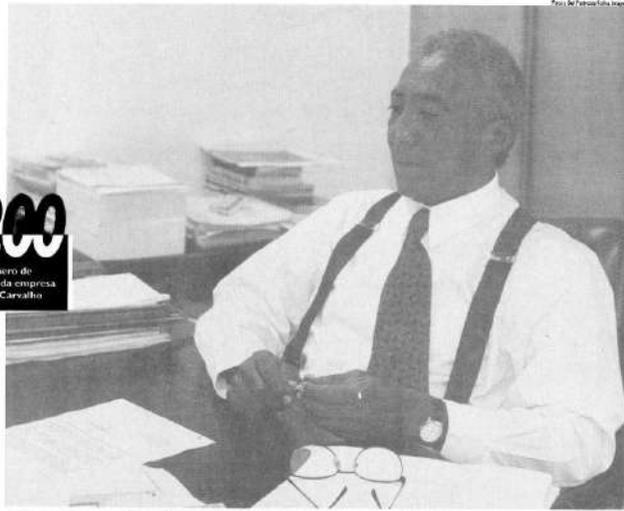
"O que não quero é me envolver com qualquer movimento de revolta", reitera, como se já tivesse há tempo e fizesse na ponta da língua.

Pai de cinco filhos, morador num apartamento de 500 metros quadrados na praia de Boa Viagem, em Recife, ele se relaciona com o mundo do qual se separou por meio de um assistencialismo constante e discreto.

Sentiu um curinho pré-arrivista, instalado numa favela, e está projetando uma escola de informática numa das regiões pobres da cidade.

Definido como empresário arrojado. "O que eu não tenho é complexo de inferioridade por ser negro. Não me acalho em falar com quem quer que seja."

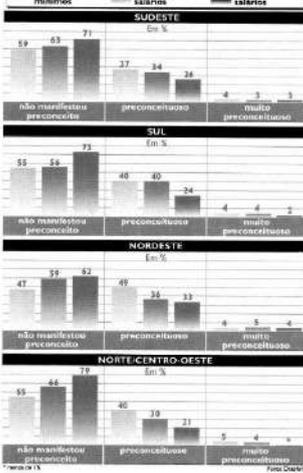
(João Batista Natali)



Carvalho em seu escritório no bairro de Boavista, em Recife, vai construir o prédio 'Adson Tower' para sediar sua empresa

O PRECONCEITO SEGUNDO A RENDA FAMILIAR

até 10 salários mínimos de 10 a 20 salários mais de 20 salários



Pobre manifesta mais preconceito

Do enviado especial a Recife

Independente da região pesquisada pelo Datafolha, quem tem mais dinheiro tende a ser menos racista e, inversamente, o preconceito racial é maior nas faixas da população de menor renda.

No Sudeste, por exemplo, 71% dos mais ricos não manifestam preconceito, 12 pontos a mais do que os mais pobres. No Sul, a diferença é de 18 pontos, no Nordeste de 15 pontos e no Norte-Centro-Oeste de 24.

Com exceção do Nordeste, nas demais regiões a porcentagem dos muito preconceituosos de baixa renda é bem menor que a dos entrevistados de renda mais elevada.

A tendência ocorreria ao menos duas interpretações.

A primeira, a população de maior renda é também a de maior nível de escolaridade, o que permite encarar de maneira mais racional o caráter irrelevante que a cor da pele possui.

A segunda, numa sociedade carente, as pessoas de renda mais baixa precisam competir mais umas com as outras em torno de necessidades essenciais. A cor da pele pode então virar critério para a desqualificação do concorrente.

De qualquer modo, em todas as regiões é constante o fato de o racismo se manifestar com frequência bem maior entre os entrevistados com renda inferior.

Djumbai cuida da cultura

Do enviado especial a Recife

Recife possui 3.389 professores na rede pública municipal. Exato todos na sala de uma entidade chamada Djumbai.

A palavra significa acontecimento, em língua crioula da Guiné-Bissau, e a ONG (organização não-governamental) se formou há três anos para garantir que as escolas cumpram o artigo de Lei Orgânica (1989) que prevê, para os crianças, o ensino de elementos da cultura afro-brasileira.

"Ficamos a parir entre as escolas e os grupos artísticos e religiosos do Fórum de Entidades Negras de Pernambuco", diz Mônica Gomes, 30.

"Foi outro projeto, já realizado dois meses e dois dias", afirma Gláucia Maria, 31, outra responsável pela entidade.



Mônica Gomes e Gláucia Maria, da Djumbai, uma ONG dirigida às escolas de Recife

Crece total de queixas à polícia

Do enviado especial a Recife

Mônica Alves de Oliveira, 27, optou por ser dirigente do MNU (Movimento Negro Unificado).

Reconhece que o lobby anti-ociedade é incipiente, que o próprio MNU sofre os reflexos da crise de mobilização nas entidades da sociedade civil, mas também acredita que há algo de novo em Pernambuco: "Os negros discriminados estão buscando coragem de pesquisar a polícia".

Há quatro meses aos últimos três anos, embora só um deles ainda possa ser objeto de sentença do Judiciário.

Há muito ainda a ser feito, diz ela, a começar pela mobilização dos próprios negros. "As menções não se confirmam porque o racismo dói, não importa o nome da vítima."



Mônica Alves de Oliveira, 27, que é dirigente do Movimento Negro Unificado

Fonte: Almanaque Folha⁷⁷

⁷⁷ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo14.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.

ANEXO M - Página 16 (Contracapa)

Especial-16 Domingo, 25 de junho de 1995

FOLHA DE S. PAULO

"Hoje a auto-estima da juventude está mais elevada. O rap contribuiu para isso."
Cristina Batista, 22, rapper

AUTO-IMAGEM

"Preconceito, as pessoas têm contra homossexual, gordo e careca. Mas nenhum deles é barrado em restaurante."
Cleodaldo Arruda, 22, rapper

BAHIA DIA NOITE SP



Adriana Sodré passeia com roupa afro pelo Pelourinho



Garota veste um Bob Marley

Da Reportagem Local

Descendo a ladeira do Pelourinho ao som do Olodum ou dançando rap e hip hop nas casas noturnas paulistas, os negros brasileiros ganham orgulho e identidade.

Na Bahia, predomina a estética afro, os ídolos Zumbi ou Bob Marley (que aparece em estampa de vestido), o brinco de argola, o vestido curto, o cabelo amarrado, fitas no braço e as tranças.



Regiane Neves, 22, operadora de telemarketing, no Clube da Cidade, na Barra Funda

Na noite paulistana, a estética é norte-americana. O visual é rapper e mais agressivo. Birotes, carecas e bonês acompanham as tranças e cabelos bem tratados.

As roupas seguem a moda clubber, camisetas, toletes, calças largas, casacos. Acessórios que qualquer um poderia usar, em São Paulo, Nova York ou Tóquio, mas que ganham realce na postura e na cor.

(Fernanda Szabo)



Gislene Carlos, 23, proprietária de salão de beleza, na Soweto



Garçonetes sorriem no balcão do restaurante Alaide do Feijão, no Pelourinho, em Salvador



Cabelo em estilo rastafari no Pelourinho



Tranças com contas em Campo Grande



Carli R. da Silva, 21, vendedora, na porta do Clube da Cidade, que tem baile aos domingos



Pingo, 33, DJ da Soweto, em Pinheiros, que tem noite de "black music" aos domingos

Fonte: Almanaque Folha⁷⁹⁷⁹ Disponível em <<http://almanaque.folha.uol.com.br/racismocontra.pdf>>. Acesso em 4.jun.2022.